



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: GILSON BARRETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 01/12/2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão
- Exposição com audiovisual, podendo causar a indeterminação do texto

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Na presidência da 57ª audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos desta 4ª audiência pública devolutiva sobre o PL 282/2015.

São membros desta Comissão os Vereadores: Aurélio Miguel, Dalton Silvano, Gilson Barreto na presidência, Juliana Cardoso, Nelo Rodolfo, Paulo Frange, que é relator, e o Vereador Souza Santos. Compõe a Mesa o Dr. Marcos Vinicius Busoli Cascino, Reitor do Centro Universitário Ítalo Brasileiro, nosso anfitrião. É uma satisfação tê-lo conosco, professor.

A chamada para esta audiência pública vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade* diariamente desde 25-11-2015 e no jornal *Folha de S.Paulo* do dia 28-11-2015.

Aviso aos presentes que estão fazendo lá fora suas inscrições para falar, que eles não terão nenhum prejuízo, pois vamos aguardá-los para começar a exposição.

A presente audiência pública tem como objeto o PL 272/2015, que disciplina o planejamento, uso e ocupação do solo no município de São Paulo. Esse projeto, como é de conhecimento de todos, foi encaminhado a esta Casa pelo Executivo à Câmara Municipal e agora está sob o comando da Casa através da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Nessas audiências públicas, todos poderão participar, principalmente através do *hotsite* www.camara.sp.gov.br/zoneamento. Durante a audiência pública, aqueles que quiserem se inscrever para falar poderão fazê-lo na secretaria da Comissão, ao lado. Também quem quiser pode encaminhar alguma reivindicação até quinta-feira junto à secretaria da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal, no segundo andar, sala 213-A.

Hoje discutiremos especificamente o texto provisório de relatório, com a proposta de substitutivo ao projeto. Teremos a exposição do relator, Vereador Paulo Frange. Em seguida, passaremos a palavra aos inscritos por 3 minutos cada um, sendo que não será possível inscrever-se e, ao ser chamado a falar, passar a palavra para outra pessoa. Peço aos amigos que, como sempre fizemos, respeitemos o tempo estipulado.

Registro com prazer que já realizamos 41 audiências públicas para debater a revisão da lei do Lei de Zoneamento. Não há como se pensar em uma cidade melhor sem submeter essas propostas a todos. Nesse período, ouvimos inúmeros comentários, estimulamos as reivindicações, o aprimoramento e a democratização desse processo. Cerca de 7 mil pessoas participaram dessa primeira fase; 1034 participaram com intervenções orais nas audiências públicas; 1.675 comunicações foram protocoladas nesses encontros; 1.313 intervenções foram encaminhadas à Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente pelo *hotsite* do projeto de lei, e cerca de 1,2 mil comunicações foram recebidas pela secretaria da Comissão. Foram distribuídos, nessas audiências públicas, exemplares do projeto de lei do Executivo, material que também estava disponível na internet. Tudo foi amplamente documentado e organizado, garantindo a transparência necessária. Todos os participantes tiveram à sua disposição uma ferramenta no *hotsite* que permite a consulta do andamento de sua contribuição.

As audiências públicas foram transcritas, e a essas transcrições foi dado livre acesso; e todas as contribuições foram organizadas em planilhas, catalogadas e analisadas pela Comissão. Esses cuidados são necessários à democracia. As audiências públicas não garantem que todas as visões de mundo, todas as queixas, todas as propostas sejam atendidas de igual modo, porque estamos em uma cidade do tamanho da de São Paulo e sabemos que é impossível contemplar todo esse universo. Muitas divergências são inconciliáveis, mas uma coisa é certa: todos tiveram e terão as mesmas oportunidades. O melhor acordo é aquele em que a coletividade sai ganhando, e essa meta tem sido perseguida desde o início pela nossa Comissão.

Tenham certeza de que a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente busca o que há de melhor para o cidadão, para a Cidade e para o futuro de São Paulo.

Entramos na fase das audiências devolutivas, que apresentarão as modificações

propostas nessas 41 audiências públicas. Continuamos contando com a participação de vocês, o que tem sido possível desde o início graças ao esforço de divulgação em vários meios, notadamente nos grandes veículos de comunicação, que resultou na presença massiva dos cidadãos.

Ressalto que graciosamente a Globo e a Bandeirantes também contribuíram com essa divulgação, e o resultado é este que estamos vendo: máxima transparência, debates de alto nível e a certeza de que estamos fazendo o melhor pela cidade de São Paulo.

Consulto a assessoria se ainda há pessoas inscrevendo-se lá fora. (Pausa) Como há pessoas que estão ali ao lado fazendo a inscrição, dá para...

Como temos na fila ainda 20 pessoas, vamos esperar mais um pouco algumas delas entrarem para fazermos a exposição. Suspendo os trabalhos por alguns minutos.

— - Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Gilson Barreto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Reabertos os trabalhos, peço a todos que ocupem seus lugares, por favor.

Gostaria de convidar a participar da Mesa os Srs.: Daniel Montandon, Diretor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano; Láercio Ribeiro de Oliveira, Subprefeito de Santo Amaro. (Pausa)

Informo a todos que amanhã, dia 02 de dezembro, na Câmara Municipal de São Paulo, sita no Viaduto Jacareí, 100, no Salão Nobre, temos a devolutiva das zonas Oeste e Centro, compostas por Butantã, Lapa, Pinheiros, Sé. E ainda está prevista entre os dias 9, 13 ou 14, mais uma devolutiva geral, também na Câmara Municipal, está pré-marcada para o dia 11 de dezembro – a confirmar -, mas vamos ver o dia ideal para todos.

E, hoje, para fazer a exposição do pré-projeto, passo a palavra ao Sr. Relator o nobre Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Boa noite, Sr. Presidente Gilson Barreto, senhoras e senhores. Saúdo nosso Diretor Daniel Montandon. Cumprimento o Vinícius, obrigado pelo carinho e pela cessão do espaço. Também um especial boa noite ao Subprefeito Laércio, que seja bem vindo a Santo Amaro e região.

Como ficamos de fazer a apresentação de um pré-relatório devolutivo antes de apresentar um relatório na Comissão de Política Urbana, nós estamos assim cumprindo com aquele acordo que fizemos. Não existe no Regimento Interno, é uma situação nova e, portanto, estamos buscando exatamente cumprir com aquilo que iniciamos em nosso trabalho, que seria a apresentação de um pré-relatório, na figura mesmo de um pré-relatório e não de um relatório final, para que possamos, depois, finalizar um texto – um relatório final – não só oriundo do trabalho das quarenta e poucas audiências públicas que fizemos, mas também dessas devolutivas, pois tem muita coisa que está vindo, tem surgido e que tem condições de ser reconhecida nesse texto, além de identificada e incorporada no texto para ser aprovado na Comissão de Política Urbana.

Do trabalho que nós fizemos, a grande contribuição veio da sociedade e é por isso que vamos exagerar nessas imagens, mostrando um pouquinho, na verdade, o trabalho de vocês. A sociedade não se furtou a esse debate. Ficamos preocupados, no início, de como seria a discussão da Lei de Zoneamento na era da internet. Participamos da lei da 2004 e, agora, felizmente, com a internet e suas facilidades de conhecimento chegando de forma democrática em todos os lares e todos os celulares percebemos que a participação foi extremamente importante.

O resultado de nosso texto, na verdade, é o extrato de quase tudo isso. É o extrato de contribuições que vieram de 6.932 pessoas que compareceram e 1.034 que participaram, falando nas audiências públicas, o que gerou 4.190 contribuições, que estão nesse quadro, assim dividido: 34% do assuntos – conflito de ambiente residencial com o ambiente das zonas de corredores. Portanto, dentro do ambiente de 10 metros de altura, em que temos atividade

comercial e, de outro lado, atividade estritamente residencial. Vinte por cento: alterações de zoneamento. Foram feitas, então, propostas pontuais, no sentido de solução para atividades específicas do zoneamento: ou inclusão no zoneamento de alguma atividade, de alguma zona por estar mais próxima de eixo, para tirar do eixo; não deixar perto de si uma outra demarcação. Enfim, todo tipo de mudanças de zoneamento.

Locais de culto: esse tema apareceu em 5% das demandas, foi discutido em toda a Cidade. Alteração no texto do zoneamento em 5%. Manifestações apenas pessoais: 5%. Movimento de moradia: 3%. Esse movimento de moradia é pequeno nesse perfil da Lei de Zoneamento, justamente porque o Plano Diretor já recepiona 3,5% do território da Cidade com perímetros para Habitação de Interesse Social. Portanto, o Plano Diretor faz o seu papel nessa demarcação. E ainda ficam aqui 3% de manifestações que chegaram até nós e que são extremamente bem-vindas, a fim de que possamos contemplar a moradia na cidade de São Paulo.

Do projeto que tratamos, uma das manifestações que surge no texto é exatamente a proteção de bairros de baixa densidade, que é também nesse ambiente residencial, e zonas corredores. Em toda a Cidade temos zonas residenciais e zonas corredores. Portanto, é importante essa figura, porque ela contempla exatamente o desejo de muitos. Está no artigo 10 a grande modificação inserida a fim de atender essas demandas dos ambientes residenciais junto às zonas corredores.

Um conflito muito grande ocorre quando do lado de cá, em amarelo, se tem zona residencial e do outro lado temos uma zona eixo, ou outra zona com uma densidade construtiva muito maior. Ficou, então, claro que, no artigo 10, há a possibilidade de incidência de Zona Corredor junto às outras zonas e não apenas junto às zonas residenciais. Portanto, permite-se colocar o corredor de cá, porque ele é limero à Zona Residencial, mas também do outro lado. A finalidade é empurrar um pouco os prédios para trás, ou seja, mais distante do residencial, para que esses espaços não fiquem confinados, para que os espaços residenciais

tenham, portanto, mais conforto.

Aqui está um dos exemplos, em que se tem a demarcação de uma Zona Residencial e a Zona Corredor e, portanto, nesse caso, o corredor incide dos dois lados – e foi assim na Cidade toda, em todos os lugares. E, aí, temos aqui os lotes desse lado empurrando esses prédios para dentro da quadra, não deixando com que os prédios fiquem muito próximos dessa Zona Residencial. Esse era um pleito, era uma discussão que havia surgido. Foi discutido muito com o grupo da Estados Unidos. Esse pessoal contribuiu demais tecnicamente com o assunto, e passou a valer a regra para a Cidade toda.

Desde o início, falamos da simplificação da lei. Desde o início, falamos que havia a revogação de 51 leis, 629 artigos e que o projeto seria de uma forma simplificada, tratando a Cidade como um todo, com conceitos únicos. Portanto, o que passou a valer aqui, para atender uma discussão que nasceu lá na Estados Unidos, passou a valer também para a Cidade toda.

Aqui está uma outra região, em que se tem uma rua com uma demarcação de Zona Corredor dos dois lados. Desse lado de cá, é residencial. Do outro lado de lá, ela empurra os prédios para dentro, para que eles não fiquem sobrepostos à face residencial.

Aqui está uma outra alteração, ocorrida na Vila Mariana, em que se tem uma Zona Residencial. De cá, temos corredor dos dois lados – está correto. De cá, vem uma Zona Corredor e, outra vez, a demarcação dos dois lados só nesse espaço, em que se tem a oportunidade de cumprir com o artigo 10, que é permitir esse espaço de conforto para a Zona Residencial.

Aqui está outro exemplo: a São Benedito. Ela tinha apenas o corredor de um lado e acaba recebendo a Zona Corredor dos dois lados da via e, portanto, passa a deixar os prédios um pouco mais distantes da Zona Residencial. Essa era uma discussão. Aqui podemos ver como era antes, a Zona Corredor, e aqui está o desenho dos lotes e como ficou.

Outra situação, que está no artigo 10: a proibição do acesso pela via paralela interna à Zona Residencial. É lógico que, se tem uma Zona Corredor, esse cidadão pode ser

dono desse mesmo lote e pode vir com o seu caminhão – com carga, com descarga – e entrar por trás, invadindo a Zona Residencial. Então, ficou claro, no artigo 10, a proibição do acesso pela via paralela e interna à Zona Residencial: o que é, portanto, mais um elemento que protege a Zona Residencial, permitindo que as pessoas vivam, nesses espaços, sem a incomodidade de trânsito, de veículos, de ruídos.

Aí, vem mais uma outra alteração, buscando sempre as pegadinhas da própria lei. A possibilidade de proibir o remembramento e desdobro dos lotes no sentido transversal. Esse lote de esquina poderia ser dividido em dois ou três, gerando, portanto, duas ou três atividades comerciais para dentro do ambiente residencial. Não sendo mais permitido, isso assegura a condição de preservar a Zona Residencial.

Então, tudo foi feito para que pudéssemos achar um equilíbrio e essa contribuição foi muito bem-vinda, aplicando-se à Cidade toda.

Algumas medidas vieram com uma adequação do ambiente de Zona Residencial e Zona Corredor, com relação aos seus usos. Surgiu de uma discussão quanto ao uso dessas regiões. Aqui está um quadro em que, na primeira proposta, as atividades NR-1, 10, 12 e 7, na verdade, tiveram contempladas algumas situações de exceção para que os usos não acontecessem. Esses usos somente foram inseridos na tabela porque havia 100% de concordância dos dois ambientes. Trabalhamos com planilha de Excel e colocamos aquilo que foi chegando. Insistentemente, checamos tudo e aquilo que estava no consenso, incluímos no primeiro texto. Esse é um texto provisório. Portanto, esse é um assunto em que ainda estamos ouvindo opiniões, porque estamos excluindo algumas atividades desses ambientes. Por exemplo, no uso residencial NR-1/10, ficam excluídos os serviços sociais: abrigos de medidas protetivas para criança, albergue e dispensário. Essa atividade foi considerada, pelos dois ambientes, como uma atividade incômoda. Uso de serviço de hospedagem: NR-1/12, foi pedido para que não tivesse *flat*, hotel, motel, pensionato e pensões. Como se trata de um gabarito de 10 metros, essas áreas poderiam se transformar em infernhos junto a essas

regiões, inclusive com a impossibilidade de excluir os motéis. Essa é uma situação que compreendemos. Houve muita manifestação na região da Vila Mariana e muita dessa demanda partiu de algumas regiões residenciais que vivem um conflito com prostituição próxima e essas regiões gostariam de se proteger.

O outro é com relação à NR 2-7, que é ensino a distância, ensino supletivo e ensino preparatório para as escolas. Veja que até ensino foi considerado incômodo. Nós compreendemos a grande queixa das pessoas que são hoje moradoras de zona residenciais e vizinhas a ensino preparatório para vestibular, ensino a distância que, muitas vezes, ao lado não tem mais livraria, mas têm boteco, boteco, boteco e mais boteco que acabam gerando muito ruído e muita incomodidade. Essa não é a posição do Paulo Frange, mas a posição das pessoas que se queixaram e queriam que tirasse desses usos.

Portanto, essas situações ainda passam por essa discussão, inclusive a de hoje, porque nós estamos ouvindo de novo. Nós começamos a primeira audiência pública com vocês, dizendo que nós iríamos ouvir, ouvir e ouvir. Do que nós ouvimos aqui está uma parte, nós estamos presentes para receber mais ou tirar daí. Estamos aqui hoje também na condição de um processo ainda em transição, em construção.

Nós não deixamos de privilegiar o aspecto de mais residências na Cidade. Na zona Sul um dos exemplos é a Cidade Ademar, que teve um dos seus espaços transformados em Zona Mista, na primeira versão do texto, depois recuperada como zona residencial. Como não poderia deixar de ser, ela é lindeira a um eixo e, portanto ali está inserido um corredor para que pudesse deixar também os prédios afastados para dentro do bairro e não sobre a zona residencial da Cidade Ademar.

Todo tipo de busca veio para encontrar solução para a demanda de vocês. Essa foi uma que veio da Vila Nova Conceição, está aqui um lote que, de repente, extrapola o limite de ser um lote apenas, ele se funde e vai até o outro lado da rua.

Nós acabamos por excluir esse lote, porque não havia o remembramento oficial. Na

verdade, era apenas um desdobro fiscal, não estava em condições para ser contemplado nessa situação. Lógico, houve uma manifestação muito grande dos moradores da região, que foi atendida com a retirada desse lote que passa a ser residencial como é, na verdade, não permitindo, portanto, o remembramento de lotes da zona corredor com zona residencial.

Aqui está outra situação, a Capela do Socorro que já tem totalmente pronto o seu parcelamento, todas as diretrizes, tudo aprovado, e se transforma numa zona residencial.

Mecanismo de controle de adensamento e proteção de bairros residenciais. Esse exemplo surge lá na Vila Madalena, passa a valer para a Cidade toda também, da mesma forma, onde a presença do eixo acabou por incomodar os moradores com a visão do quadro e uma topografia diferente, bastante mais intensa do que as demais regiões quanto ao declive e a cative. Aí estão as quadras de ZEU.

Surge um artigo que vem também da sociedade dessa região e passa a ser aplicado para a Cidade toda também. Valendo a regra de que aquilo que vale para um, vale para todos.

Quadra em ZEU, no artigo 59, diz que contemplada a situação de que quando há declive maior do que 30%, pode ter um limite de gabarito de até, no máximo, 28 metros e não fica como zona de eixo, sem limite de gabarito.

Marcando a região, vocês vejam o que está em verde aqui é tudo aquilo que passa de 25 até 60% de declive, quando se vê a mesma área, retirando essas quadras que ficariam sem limite de gabarito, elas são excluídas do processo. Aí estão os lotes com restrição de gabarito máximo em 28 metros.

Portanto, ainda no artigo 59, parágrafo 3º, fica claro que quando as ruas têm menos de 12 metros, o limite de gabarito vai também para 28 metros, não fica livre do limite do gabarito de altura. Veja em ZEU, ZEUP e Zona de Centralidade.

Na Vila Madalena essas são as vias com menos de 12 metros de largura, é possível observar que essas são as quadras que têm menos de 12 metros, portanto ficam

excluídas da Zona de Eixo.

Ainda mais à frente, no artigo 63, fala-se de vilas, que são protegidas no sentido de manter no seu entorno até 28 metros, num raio de 20 metros, para que possam ser protegidas. Quando esse espaço é tratado à luz dessa discussão da Zona de Eixo, lá da Vila Madalena, aqui vocês veem esses são os espaços de vilas. Somando tudo isso, vocês têm esses espaços todos sem a discussão do limite de gabarito livre, mas com gabarito de 28 metros.

Isso também ainda é transitório, é uma solução encontrada que ainda está em construção.

Nós fomos surpreendidos com uma decisão do Ministério da Aeronáutica onde nós temos que seguir agora a Portaria 957/2015, que passou a valer no dia 15 de outubro agora, que muda as regras do serviço de proteção ao voo no Brasil. É uma regra internacional de segurança, que passa a valer no Brasil. Na verdade, a Aeronáutica está tratando o zoneamento das cidades do Brasil, de cima para baixo, por uma portaria, sem audiência pública, sem consulta pública, sem nada, obedecendo a uma regra internacional de área interna de proteção de eixos dos aeroportos.

Para não dizer em outras palavras, é um absurdo, mas vamos tratar desse assunto, com certeza, na Justiça, porque isso fere os princípios da independência federativa do município, que, desde a Constituição de 88 passa a ter total controle sobre o uso do seu solo, espaço aéreo e subsolo, respeitando segurança de voo da Aeronáutica e esse respeitando exatamente os cones de aproximação e não da forma como foi colocado para o País todo.

Gabarito de altura então fica na dependência de planos de segurança de cada aeroporto. Estou falando isso porque o Código Nacional da Aeronáutica é de 1986, dois anos antes da Constituição. Talvez a Aeronáutica tenha se esquecido de ler exatamente isso.

Não estou falando na forma de desabafo, nós estamos muito, mas muito preocupados com esse tipo de conduta, de tratar o solo do Brasil todo, de todos os aeroportos do Brasil, na forma de portaria por alguém que, com certeza, não conhece exatamente o solo

do País.

Este é um exemplo e vocês vão acompanhar comigo. Aqui está o Campo de Marte, o raio de quatro quilômetros, você vê o que está em vermelho aqui significa gabarito zero, onde não se pode construir. Mas, na verdade, na zona Sul, no Aeroporto de Congonhas, nós temos de novo mais um raio de quatro quilômetros, a maior parte desse espaço, vocês vão ver, está com zero a 25 metros, de 25 a 50.

A mesma Portaria diz que podemos construir na sombra do prédio do lado, num raio de 150 metros, na altura do prédio que aí está. E aí nós gostaríamos de entender como é que vamos fazer para trabalhar com esta cidade. Como que a gente vai fazer para poder baixar o gabarito, como que a gente vai trabalhar medir prédio, encontrando solução para esse tipo de discussão.

Mas isso ainda está valendo, tem que buscar agora o aval da Aeronáutica e nós vamos ter que, por enquanto, exercitar até que isso seja tratado de outra forma.

As quadras com mais de 50% das edificações acima do limite de gabarito de altura, isso foi uma discussão durante as audiências públicas, foi mostrado que acima de 50% de ocupação da área você passaria a tratar a sua altura na altura do prédio mais alto da quadra, para que a gente pudesse ter um desenho, nessa situação, mais harmônico.

Só que nós acabamos por criar uma regra interessante, mas também mais uma burocracia no sentido de buscar uma solução de medir e ver o projeto aprovado o prédio do lado, depois essa situação podia se transformar em mais um tempo para aprovação de plantas. Ficou valendo nessa versão a altura livre quanto à ocupação dos 50% a maior, veja que essa é uma quadra que não é bem de 28 metros, mas uma quadra mais alta. Veja quanto sobra de espaço nessas quadras aqui. Fica valendo a regra de que se constrói a altura que tem direito pelo coeficiente de aproveitamento do solo. Com certeza não é maior do que o prédio do lado e paramos de ficar medindo e discutindo qual treva está certa e quem é que tem razão na hora de medir uma planta.

Incentivo de adensamento de qualificação dos espaços públicos são as Zonas de Centralidades. Elas são as zonas que vocês já conhecem, são as ruas comerciais dos bairros. Na Comissão de Política Urbana, houve uma transformação com relação a essas zonas, de 28 metros para 40 metros de altura, o que dá um prédio de 12 andares na Zona de Centralidade para que possa afirmar a figura de um subeixo nessas regiões, qualificar melhor a atividade ali e levar para os espaços dessas zonas, que hoje já são reconhecidamente zonas comerciais dos próprios bairros, que tem transporte público coletivo, para que possamos diferenciá-la da Zona Mista, que passa a ser realmente preferencialmente residencial e naturalmente residencial.

É natural que as pessoas que vão fazer algum empreendimento comercial, misto ou de maior porte vão buscar onde há o maior gabarito e, portanto, ocupar esse espaço da Zona de Centralidade, que corresponde a 8% da Cidade. A Cidade quase toda é mista e, portanto isso é natural. Vai para o quadro então com 28 metros e vemos alguns exemplos para mostrar: Avenida do Sabará está aqui, Avenida Lins de Vasconcelos. Passamos a ter esse gabarito: 28 metros, 40 metros e outro de acordo com a portaria que está valendo da Aeronáutica.

Essa é a distribuição das Zonas de Centralidade da Cidade, ou seja, está em toda a Cidade. Portanto distribui pela Cidade a oportunidade de ter prédios mais altos nas Zonas Comerciais. Vocês conhecem bem as ruas de nome: Nossa Senhora do Sabará, Santa Catarina, Abraão de Moraes, Ricardo Jafet, Dom Pedro I, Giovanni Gronchi, Politécnica, enfim, na zona Sul temos muito. Estão aí os exemplos. Todas elas são vias geralmente largas, a grande maioria delas tem estrutura, tem infraestrutura e temos facilidade de utilizar esse espaço. Também está em construção. Aguardamos ouvir mais e entender um pouco mais. É por isso que estamos passando em todas as audiências públicas esse tema para que possamos dar continuidade a essa discussão.

Fruição pública continua valendo da mesma forma só que o controle de acesso no período noturno passa a ser uma oportunidade, até então não estava previsto, mas não pode

ser vedado por objeto com vedação temporária, nada que seja fechado, ou seja, para que possamos permitir, portanto a visão.

Aqui está uma área onde há uma fruição. Aqui está o prédio sem a fruição. Aqui uma pequena fruição. Como muda a figura do prédio. Essa é a primeira galeria de São Paulo, é um exemplo de fruição. Na fruição pública, no conceito, a rampa e a escada passam a ser faixa do pedestre e passamos a ter a oportunidade, como está aqui, no Conjunto Nacional, de ter uma ligação da fachada ativa por escada ou por rampa para o primeiro andar, contando com fruição pública. Com certeza, dessa forma, aqueles que trabalham com arquitetura passam a gostar mais. Deixamos mais livre o desenho para que eles possam projetar suas artes naturalmente, mas também é uma forma de incentivar a fachada ativa.

Zona de Desenvolvimento Econômico, que está distribuída em São Paulo principalmente na zona Sul. Essas áreas receberam mudanças. No caso, a Zona de Desenvolvimento Econômico 1 não existe na zona Sul, porque houve uma mudança no tamanho do lote e na Zona de Desenvolvimento Econômico 2, não. Isso apenas para ajustar o tamanho do lote a uma realidade em função do tamanho dos lotes que havia lá; passou de 500 a mil metros quadrados. Aqui na região existe uma mudança. Aqui tem uma Zona de Desenvolvimento Econômico em que há instalada uma indústria farmacêutica.

As majorações do coeficiente foram mantidas como estava na lei anterior, exceto a inclusão de hotéis em eixo e também a possibilidade de transformar os espaços em qualquer ponto da Cidade, Zona de Estruturação Metropolitana e ZEU, em qualquer uma delas onde tenhamos até 600m da proximidade do metrô. Temos de utilizar muito bem esses espaços principalmente para essas atividades, tendo em vista que o metrô custa 500 milhões por quilômetro. Temos de utilizar o máximo possível dessas localizações para que possamos adensar essas regiões.

Fica admitida ainda a possibilidade de união de dois lotes por passarela ou por subsolo. A primeira de São Paulo é esta daqui de 2003, que dá na São Francisco. Aqui está a

passarela do Einstein sobre o sistema viário e agora vai ficar mais fácil, porque hoje não temos uma regra tão clara. Agora com o decreto, o Município estabelece essa situação.

No caso o sistema de parques e áreas verdes, a afirmação do zoneamento de parques como Zepam e a inclusão dos clubes náuticos que, até então, na lei de zoneamento de São Paulo, não eram reconhecidos. Aqui estão os clubes náuticos, o Yacht Club, aqui da região Sul de São Paulo, agora demarcado no mapa. Aqui há outro: a Marina Atlântica, que demarcaram aqui no mapa.

E o controle social da ocupação do sistema de parques e áreas verdes que até então não tinha e também por manifestação da sociedade acabou sendo reconhecido. Passamos agora a ter a condição de o Município poder apenas utilizar esse espaço quando ele não consegue identificar nenhuma outra área daquele distrito que possa ser utilizada para que possa usar essa área do SAPAVEL, do sistema de parques e áreas verdes. Mesmo assim passa pelo Conselho Gestor do parque, se não houver Conselho Gestor, passa pelo Cades. Portanto é o controle social do uso desses espaços.

Aqui está, por exemplo, se fosse em Pedreira, teríamos de passar por isso. Comprovar a inexistência de outra área, ter análise da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e análise do Conselho Gestor e depois do parque.

Uma mudança que apareceu, como aqui na região ainda há alguns loteamentos, os lotes até 15 mil m² não tem doação para fazer desmembramento, anteriormente havia e de 15 a 40 mil, ele doa 20% da área sem afetação, ou seja, sem destino e se é um loteamento maior do que 40 mil m² ele doa 40%; 10% para Verde, 5% para a área institucional e 15% para o viário. É importante privilegiar a atividade principalmente do pedestre aqui e a área de afetação, sem afetação, 10% para que o Município possa destinar.

Algumas mudanças que ocorreram, gostaríamos de mostrar a vocês: demarcação de ZEIS em alguns lugares, não vamos entrar em tantos detalhes, mas no uso é muito importante vocês conhecerem. Foi criada a subcategoria de locais de culto e estacionamentos

e galpões de logística. Locais de culto até 100 lugares, de 100 a 500 e de 500 para mais. Não havia no quadro de uso do Decreto de Uso de São Paulo. E galpões de logística também até 500 metros, de 500 a cinco mil e mais de cinco mil. A logística hoje faz parte da nossa cultura, temos de entender a importância dos galpões de logística e temos de cuidar disso agora também quanto ao seu enquadramento.

Isso aqui é muito importante, está no artigo 107, poderão ser definidos parâmetros especiais para incomodidade por lei municipal, em especial, os parâmetros que busquem a redução do ruído no uso do solo e para que possamos tratar a incomodidade, o ruído na Cidade como uma política pública.

Com relação aos tombamentos, ficou estabelecido um prazo de dois anos para que os imóveis indicados para tombamento sejam mantidos como Zepec. Caso não se conclua os estudos, eles saem do mapa de tombamento. Isso porque esses imóveis estão desde 2004, na lei anterior, aguardando por processos conclusos de tombamento. Como não houve, eles ficam, na verdade, congelados.

O Município tem 180 dias de prazo para poder publicar a regulamentação do Código Nacional de Atividade Econômica e fica valendo ainda o processo de licenciamento de atividades e de processos, os protocolos até a publicação dessa lei.

As Zepam foram assunto de ampla discussão na sociedade. Dentre uma das manifestações, aqui na região Sul, região onde tem o Rio Embu Guaçu, que abastece a Guarapiranga, uma região que nós demarcamos, uma Zepam de mais de 1 milhão de metros quadrados para nós possamos proteger as águas oriundas das nascentes dessa região, uma das mais ricas no fornecimento de água para São Paulo. Hoje a Guarapiranga é a mais importante das nossas represas. Já foi a Cantareira tão importante e agora a Guarapiranga ocupa de destaque.

No mais, há outras alterações, mas as que mais chamam a atenção que valem a pena ser apresentadas. Nós gostaríamos de continuar ouvindo vocês.

Antes de encerrar a minha fala, quero, mais uma vez, agradecer à sociedade a participação que teve nesse processo. Nem tudo está contido aqui. Nós apresentamos uma parte do processo nesse primeiro relatório e a outra vem junto com o relatório definitivo, que nós esperamos aprovar em breve na Câmara.

Muitos dos senhores ainda não foram contemplados, porque nós estamos ainda aguardando algumas situações de acordo. Nesta semana, nós conseguimos fazer alguns acordos no gabinete; nós conseguimos acertar um corredor ali, uma zona corredor acolá, reduzindo o impacto de um e diminuindo o de outro. Tem sido possível avançar nesse processo, e a ideia era não criar nenhum tipo de impacto para que nós não tivéssemos muito mais polêmica do que já tivemos no início desse processo que trata do uso e ocupação do solo no Município de São Paulo.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Agradeço ao Relator Paulo Frange pela exposição.

Registro a presença dos Vereadores José Police Neto e Eliseu Gabriel.

Tem a palavra o primeiro inscrito, Sr. Roberto Teixeira Vasconcelos de Oliveira.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA VASCONCELOS DE OLIVEIRA – Boa noite. Eu sou participante do Movimento dos Moradores da Operação Urbana Água Espriada e eu gostaria de agradecer à Comissão o trabalho que tem feito, já que, pelo que tem sido mostrado até agora, vem muito ao encontro das aspirações da maioria do pessoal que está aqui. Ainda assim, há coisas a serem aperfeiçoadas, inclusive na linha do que o Relator acabou de falar.

Eu vou falar sobre dois itens que eu acho que ainda podem ser aperfeiçoados. O primeiro deles diz respeito aos lotes de quadras internas às Operações Urbanas já existentes e que se enquandrem como ZEU e ZEUp. A proposta deve ser de zoneamento alterado efetivamente para ZEU e ZEUp e não para Zona Mista.

Obviamente existem exceções, como o pessoal do Brooklin Velho, de cuja região não saiu, não vai e não deve sair nenhum prédio. O pessoal do Campo Belo, que está do outro lado, assim como nós do Brooklin ou do Jardim Aeroporto, no caso de Santo Amaro, está numa situação em que vai haver uma Zona Mista. Ao contrário inclusive do que a Prefeitura quer e dos grandes investimentos de metrô que estão sendo feito, nós teremos uma região de Zona Mista junto ao metrô e lá longe vai haver uma região de ZEU e ZEUp, o que é um contrassenso. Quer dizer, será feito um enorme investimento em transporte e em vez de adensar perto do transporte coletivo, será adensada uma região a 400, 500 metros do transporte.

Então, é preciso eliminar a Zona Mista, que já é um grande avanço para região de ZER, por exemplo, como o Campo Belo, mas é preciso também avançar um pouquinho mais e, em longo prazo, pensar em uma ZEU.

Para isso, é necessário revogar o inciso V do parágrafo 1º do artigo 76 do Plano Diretor Estratégico. Eu fico contente que o substitutivo que está sendo apresentado já permite tal revogação ao propor outra revogação semelhante no artigo 386. Nós temos que notar inclusive que o artigo 386, cuja proposta é de sua renovação em parte, também trata do Plano Diretor Estratégico e das Operações Urbanas, ou seja, o tema é o mesmo. Por isso, aquele mito que há em não se mexer em Operação Urbana tem que ser desfeito. Lei é lei e pode ser mexida, assim como está acontecendo com um monte delas.

A outra proposta é que os perímetros das Operações Urbanas passem a ser classificadas como Zona Corredor.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Terezinha Márcia Romar.

A SRA. TEREZINHA MÁRCIA ROMAR – Boa noite, Srs. Vereadores. Sou moradora da Avenida Afonso Mariano Fagundes desde 1974, quando ainda não havia interligação com a Avenida Jabaquara nem com a Avenida José Maria Whitaker.

Nós sabemos que é muito difícil haver consenso e agradar todos, mas nós esperamos das autoridades a quem cabe o destino de várias regiões dessa megalópole bom-senso, modernidade e discernimento para conseguir, dentre tantos argumentos prós e contras, optar com sabedoria para contemplar as reivindicações mais sustentáveis e que deixem de ser privilégio de alguns em detrimento de outros, que sofrem com as alterações ocasionadas pela própria Administração Municipal.

Nós não queremos nem pensamos em divisão e sim em paz, harmonia entre todos os moradores do Planalto Paulista. Eu quero poder ir ao médico, à farmácia, ao cabeleireiro, buscar meus netos na escola e ter instituições como o LALEC, sem precisar de carro, ter de volta um bairro vivo, com três ruas ZCor. E nas três? Que seja de baixa incomodidade, enquanto todas as outras continuem ZER. Assim tenho certeza de que todos vamos ter nossos anseios contemplados, eles com suas ruas ZER e nós com a ZCor 1.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Luca Bertolino.

O SR. LUCA BERTOLINO – Boa noite a todos. Moro no Planalto Paulista há quinze anos. Meu pai nasceu, vive e trabalha há 48 anos no bairro.

Como os Srs. Vereadores já sabem, eu venho participando das audiências públicas, para a melhoria do meu bairro e continuo ajudando de várias formas, relatando o que eu vejo de errado no meu bairro e nas outras regiões, dando ideias que possam ajudar a solucionar esse problema tão antigo, o zoneamento da cidade de São Paulo.

Eu acho que, com grande empenho do Sr. Presidente da comissão, Vereador

Gilson Barreto; do relator, Vereador Paulo Frange e todos os Vereadores da comissão, as pessoas teriam que se orgulhar por haver pessoas tão empenhadas, dedicadas e capacitadas para resolver essa mudança para a cidade de São Paulo, que é um benefício para todos.

Em uma audiência pública, foi falado que, no meu bairro, há a apenas duas famílias que querem a mudança do zoneamento. Eu tenho que agradecer essa pessoa, porque ele tem toda razão, pois somos sim duas famílias, a família do Planalto Paulista e a minha. Eu aprendi que quando agimos com razão, verdade, amor e coração, sempre teremos a vitória.

Eu, com pouca experiência de vida que tenho, consigo ver esses problemas. Então nos ajudem a arrumar e melhorar a nossa Cidade, porque o problema do meu bairro também se repete em outras regiões. Eu gostaria de agradecer a todos os Vereadores que estão trabalhando nesse projeto também. Também gostaria de dizer que, num futuro próximo, pretendo entrar em uma faculdade de Medicina, para ajudar pessoas de qualquer raça, cor ou religião. Eu me espelho muito no trabalho que o Dr. Paulo Frange vem realizando com muita dedicação.

Para terminar, gostaria de fazer um apelo a todos os Srs. Vereadores. Por que não podemos ter abrigos, creches e asilos em um corredor comercial? Eu sou LALEC. Eu quero o LALEC perto de mim. Eu continuo querendo ZCor.

Gostaria de passar um vídeo aos senhores.

Obrigado. (Palmas)

- Exibição de vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Angela Kayatt Rabay, também da Associação Moradores de Comerciantes do Planalto Paulista.

A SRA. ANGELA KAYATT RABAY – Boa noite a todos os Srs. Vereadores e essa

plateia que está aqui hoje. O município de São Paulo não suporta mais essas configurações de uso de solo, que estão fora da realidade e da dimensão desta metrópole. Temos que sintonizar o uso e a ocupação do solo com o momento histórico que estamos vivendo, no século XXI no ano de 2015. Temos uma Cidade com um quadro de degradação de seus serviços, segurança e cidadania, devido ao envelhecimento das leis, resultando em imóveis vazios e sem uso devido a sua função social. Tais empreendimentos foram superados por uma nova concepção, planejamento baseado na função social da propriedade e no reconhecimento da Cidade real que vivemos; e que hoje é consensual entre todos os urbanistas e arquitetos de São Paulo.

Não podemos perder a oportunidade de pô-la em prática. O momento é decisivo para o futuro da nossa metrópole, São Paulo. Temos que revigorar os bairros de São Paulo, para continuar novos tempos no município de São Paulo, que vive um momento especial, propício para reverter o processo de degradação institucional e moral que a política brasileira vive. Vamos fazer de São Paulo uma Cidade legal, limpa e ótima de ser vivida.

Viva a população de São Paulo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Carlos Takashi.

O SR. CARLOS TAKASHI – Srs. Vereadores, sou morador, comerciante da Avenida Ceci e fotógrafo também. Venho fazer aqui um apelo e um pedido aos Srs. Vereadores. Estou há 34 anos aguardando por essa mudança. Há 34 anos, ouço dizerem que está para acontecer essa alteração nos corredores, na zona corredor. Os imóveis comerciais que temos hoje, no bairro do Planalto Paulista hoje, a maioria deles está degradada. Sinceramente, o meu próprio imóvel também está em estado deplorável.

Já atendi e continuo atendendo à elite paulistana. Eu tenho vergonha do estado em que se encontra o meu imóvel atualmente, por estar há tantos anos engessado, aguardando por esta mudança. Há 34 anos estou aguardando, Srs. Vereadores.

Defendo aqui a tese de que a licença deve ser concedida não ao estabelecimento, mas sim ao número do contribuinte. Na minha opinião, a licença de funcionamento deve ser concebida ao número do contribuinte e não ao empresário em si, pois só assim, creio eu, teremos os imóveis conservados, pois independente da ZCor que venha a ser contemplada hoje, eu acredito que o espaço, independentemente do que vem a ser adotado em termos de ZCor, os imóveis vão continuar sendo, digamos assim, mal conservados; e eu defendo aí a tese de que só passando os poderes para o contribuinte que teríamos os olhos do proprietário do imóvel cuidado da sua benfeitoria.

Sendo assim, hoje, por exemplo, concedo o meu próprio espaço gentilmente aos Correios, para servir de ponto de entrega para os entregadores de correspondência local. Os próprios Correios, eles anseiam por espaço local lá nos arredores e, no entanto, estamos engessados por conta da Lei do Zoneamento. Peço uma atenção especial a esse quesito senhores. Para ilustrar melhor hoje a realidade no nosso bairro temos aqui um vídeo que eu gostaria de apresentar. Se não há mais tempo podemos deixar para outra ocasião.

Sou morador do Brooklin Velho e pertencço a entidade da Sabrove e como todos sabem a Sabrove fica contida entre a Av. Roberto Marinho, Washington Luis e Vicente Rao e Vereador José Diniz. Eu vou falar especificamente sobre a inserção da zona mista na Operação Urbana Água Espreada. Não entendi até o momento qual a razão disso, não vejo justificativa. Brigamos há 30 anos para manter aquela região como estritamente residencial. O que vejo nessas audiências é que fizemos um pleito de mudança desse tipo de zoneamento que estão querendo alterar e os outros colegas vão falar sobre as outras áreas onde foram mudadas ou alteradas as zonas, famosas ZECORs. Não tem sentido um bairro estritamente residencial sofrer esse impacto que estão querendo colocar. Hoje, por exemplo, na Operação Urbana Água Espreada faço parte do Conselho Gestor e é possível você fazer a alteração do uso desde que você pague os famosos CEPACs. Para que servem esses benditos CEPACs? Para você revitalizar uma região, no caso, foi a área da Operação Urbana. Por que

introduziram um elemento a mais e eu estou falando especificamente do trecho do Brooklin Velho, entre a Santo Amaro e a ponte Eduardo Magalhães onde essa área brigamos durante o último Plano Diretor tanto que se vocês hoje passarem por essa avenida vocês vão verificar que do lado do Campo Belo vocês têm aquele conglomerado daqueles edifícios maravilhosos que eu não sei como o pessoal entra ou sai daquilo lá. As vias locais que deviam ter sido feitas não foram feitas até hoje e do lado do nosso Brooklin não tem uma construção com altura porque brigamos para que não tivesse isso. No máximo uma mudança de uso que são usos compatíveis com zonas estritamente residenciais. Tanto que tem um Pão de Açúcar que quer se instalar lá por alguma razão e acho que o projeto está sendo aprovado se é que já não foi. Não tem sentido você botar de repente a possibilidade de se construírem prédios de 8 andares. Lá é permitido os nove metros de altura no máximo. Agora permitir que nessa área se façam prédios de oito andares não tem sentido nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Cristina Antunes.

A SRA. CRISTINA ANTUNES – Boa noite a todos. Venho mais uma vez falar em nome da Ciranda e lembrar que depois de tantas audiências públicas, tantas visitas aos gabinetes, e tantas conversas, a gente ainda tem muitas dúvidas e a gente quer resposta, principalmente, para saber por quê? Por que determinada decisão foi tomada. Uma primeira é porque o texto não incluiu a proteção que a gente solicitou para os bairros que tem uma geologia ou um solo com geologia sensível. Estamos falando especificamente da região da várzea do Rio Pinheiros que inclui vários bairros, chácara Santo Antônio, Vila Cruzeiro, Vila Japonesa, há vários bairros que são reconhecidamente vulneráveis, que já tem afundamento, imóveis quebrados, trincados e nós não ouvimos uma palavra no texto que proteja esses bairros, ao contrário, eles estão sendo bombardeados com corredores que não tem a menor justificativa ainda mais levando-se em conta o perfil da população que ainda reside lá e que

será necessariamente expulsa para abrigar esses novos empreendimentos. Eu já falei isso em outras audiências, são moradores que criaram o bairro e que vão ser expulsos com já estão sendo expulsos pela Operação Urbana Chucre Zaidan, que está devastando aqueles bairros.

Outra questão é porque que... É engraçada essa disputa 34% das demandas envolvem ZER, porque ocupa 4% da Cidade e temos 96% da cidade que já são áreas que os usos comerciais podem se estabelecer. Então, a gente pergunta por que motivo os bairros estritamente residenciais têm de receber usos que já poderiam estar em áreas que permitem isso em 96% da Cidade e vão comprometer inclusive os serviços ambientais que esses bairros prestam para a Cidade toda.

Vocês estão considerando a ZECOR como uma zona de transição e não é esse conceito que a gente esperava desse projeto. A transição é para atender especificamente os bairros estava no Plano Diretor de 1972 e foi abandonado como conceito. A transição é para apoio ao bairro, não é uma questão de gabarito, é uma questão de usos, de como vai ser apropriada essa área e isso não foi colocado. Na audiência pública de outubro, a gente manifestou um sentimento de esperança e a gente espera que esse documento que é provisório seja realmente aperfeiçoado e principalmente que os mapas sejam mais claros e que permitam a todos os moradores perceberem onde está o seu próprio imóvel.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Álvaro de Moura.

O SR. ÁLVARO DE MOURA – Boa noite a todos. Represento a Sabrove. A princípio quero lembrar que fazemos parte dos pequenos 3,6% da área verde da Cidade. sobre a operação urbana temos de ressaltar o seguinte estamos limitados com a zona mista. Foi colocada uma zona mista no nosso bairro. Ou seja, isso vem contra tudo aquilo que já discutimos anteriormente na época da lei da Água Espreada quando conseguimos que fossem colocadas apenas mudanças de uso, ou seja, sem mudar a tipologia do bairro.

Agora, com essa zona mista que querem colocar nessa Lei de Zoneamento o que vai acontecer? Vamos ter prédios teoricamente até oito andares, só que ledão engano quem acha que isso é verdade porque na verdade são oito andares mais a venda dos CEPACs e isso vai até o infinito.

Então, eu diria que a gente tem realmente que prevalecer o que foi discutido realmente com a sociedade, que era apenas a mudança de uso no nosso bairro. Temos de dizer não à zona mista.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Regina Monteiro.

A SRA. REGINA MONTEIRO – Olá, boa noite a todos.

Primeiro, quero agradecer a turma da Sabrove! A gente se organizou, Vereadores, Daniel porque há quatro coisas que nós reivindicamos faz tempo. Primeiro, a função ambiental dos bairros jardins, que vai do Brooklin, Santo Amaro, Planalto Paulista, é superimportante para a cidade.

Da operação urbana, o pessoal já falou. Então vou falar de usos que, junto com o Vereador nós estamos trabalhando bastante. Temos a maior esperança, Vereador, de que vamos conseguir – não interessa se é ZCor 1, 2 ou 3 – adequações que sejam realmente, que vai dar tudo certo pra todo mundo. Há um pessoal que está dizendo que não mora, que a casa está abandonada, mas não é isso que temos de levar em conta. Temos de garantir que a unidade do bairro, que não seja interrompido por corredores.

Outra coisa, o Brooklin esta com ZCor-3 de todos os lados, e aí só tem o Alto da Boa Vista e Brooklin com ZCor-3, por quê? O que há em nosso bairro que pode ter tanta permissividade? Vamos tentar ver que nome se dá, e tirar ZCor-3. (Palmas) Trouxe a turma hoje. (Palmas)

Exatamente, também é uma área de preservação ambiental, há duas estações de

água mineral. Então, temos de garantir a recarga da água desse aquífero, estamos batalhando por isso.

Outra coisa, Daniel, estamos muito preocupados com os mapas. Não conseguimos passar para as pessoas. Eu sei, você falou que vamos ter uma coisa mais entendível, então temos esperança de que isso realmente aconteça.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado, Regina.

Tem a palavra Marco di Biase.

O SR. MARCO DI BIASE – Boa noite a todos. Eu sou da Sabrove. Sou italiano, moro aqui desde os seis anos, e tenho o prazer de morar no Brooklin Velho, um bairro que estamos cuidando, pagando IPTU altíssimo e ajudando também outros moradores. Campo Belo e Brooklin podem se deliciar e andar com cachorro, andar a pé, coisas que noutros lados de São Paulo não é possível. Aqui está virando uma selva de pedras.

Antes ouvia falar de modernismos, de cidade moderna, vamos ver outras cidades pelo mundo, as melhores cidades em que as pessoas gostam de morar – Vancouver, Melbourne – são cidades que tem verde, e estamos eliminando o verde que é de apenas 4%!
(Palmas)

Não quero entrar na área técnica, a Regina e o Álvaro que sabem tratar disso melhor, mas nós temos um patrimônio que não é dos moradores, patrimônio de toda São Paulo e isso tem de ficar bem claro. Não somos sortudos nem nada, mas lá a temperatura é dez graus menor do que no centro da cidade.

Outro ponto que se fala é que falta comércio no bairro, é uma mentira. A gente tem comércio no bairro, estamos todos próximos e nenhum morador se queixa disso. Não estou entendendo quem está puxando esse negócio de zona mista.

Os exemplos são muitos, vamos ver o que está acontecendo na Vale do Rio Doce, as porcarias todas que foram feitas e a gente está pagando por isso. Estamos apresentando em Paris planos para o meio ambiente e aqui querem destruir o bairro. Isso é ótimo! (Palmas) Se isso é uma cidade moderna, eu acho que 4% verde da cidade, devia passar para 8%.

Aliás, outra coisa que não entendo: quem precisa de uma ciclofaixa, quando tem que fazer um bairro misto? Para nós é um absurdo. Não precisa de ciclofaixa, precisa só manter o que temos. Nós queremos outras coisas. E vocês economizam com parque e com porta.

Agradeço pela atenção. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Ana Paula Castro.

A SRA. ANA PAULA CASTRO – Boa noite a todos os meus amigos do Planalto, aos Srs. Vereadores e ao pessoal da ZCor. Hoje somos realmente uma grande família.

Enquanto vocês acham que a gente está querendo briga, eu quero paz e amor. (Palmas)

Pode rodar o vídeo, por favor.

Um senhor hoje me falou que se acontecer de mudarmos o meu bairro, que a gente iria pagar por isso. E isso é verdade. Eu tenho testemunha. Mas, na verdade, eu não quero brigar, eu quero, ao contrário, sabe, seu Carlos. Eu sei que o senhor falou isso em desespero, mas eu estou lutando por algo que é legítimo.

A minha rua é um corredor, não é uma ZER como a sua, porque vocês utilizam ali. Tanto a Ceci como Afonso...

São ruas de interligação de bairro. Temos ônibus, temos um tráfego intenso. Vocês querem morar na minha rua? Quem concordar em trocar de casa, e fala que lá é uma ZER, eu vou colocar à disposição o meu imóvel, porque nós não somos uma ZER, somos uns ZCor de

fato. (Palmas)

- Exibição de vídeo.

A SRA. ANA PAULA CASTRO – Para vocês terem uma ideia, eu convivo com esse trânsito diariamente. Se eu estivesse numa ZER, eu iria trocar por quê?

Eu estou numa ZER, gente? Isso é uma ZER? Não!

Os imóveis estão degradados.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ANA PAULA CASTRO – Espere a sua fala, senhora; tenha educação.

Isso está irregular. Como é que o dono desse imóvel não pode fazer nada?

P – Gente, assim que ela terminar de falar, se alguém quiser se manifestar, tudo bem, mas, enquanto ela estiver falando, por favor, vamos respeitar.

A SRA. ANA PAULA CASTRO – Tem feira três vezes na semana na Afonso, na Ceci. Isso é uma sexta-feira de manhã. Então nós não temos de fato uma ZER. O que eu estou pedindo é que no meu bairro, que foi transformado em ZER, e que essa rua sempre foi uma rua mista. Viram o que a dona Mércia falou? Que quando ela morava lá, ela era fechada, não tinha essa interligação. Então estou pedindo o que é justo. Não estou invadindo vocês. Vocês têm que, no mínimo, imaginar que eu moro num corredor. Se alguém realmente quiser passar uma semana na minha casa vendo o incômodo que eu vivo, aí tudo bem. Se vocês concordarem, eu troco. Você fica na minha casa, e eu fico na sua. Tudo bem. (Palmas)

Eu sou a LALEC; eu quero a LALEC perto de mim, tanto na ZER como na ZCor.

Por favor, deixem a Lalec ficar, e os outros abrigos também. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Manuel Domingos Lage.

O SR. MANUEL DOMINGOS LAGE – Boa noite a todos. Meu nome é Manuel, sou morador do Brooklin Velho. Eu sou colaborador da Sabrove, associação deste bairro.

Como todos sabemos, as ZERs – zonas exclusivamente residenciais –, que representam menos 4% da área do município, contribuem para a preservação dos jardins e parques da cidade, para a preservação das áreas permeáveis e seu aquífero, contribuem com o pulmão verde ambiental e para o equilíbrio de temperatura.

Hoje a ZER já é um espaço pronto, não exige investimento e uso de dinheiro público para oferecer mais qualidade de vida a todos.

Em todas as audiências públicas, insistimos nessa mesma questão, mostrando a importância da manutenção dessas ZERs.

Apontamos também as desgraças que poderiam ocorrer se essas áreas não forem preservadas. Mostramos até a necessidade de ampliá-las, para buscar um equilíbrio ambiental de qualidade. A cada revisão do projeto, os problemas permanecem.

O Brooklin Velho, zona exclusivamente residencial, está contido nesse contexto. Um bairro circundado pelas avenidas Washington Luís, Vicente Ráo, José Diniz, continua sendo contemplado com a terrível ZCor, a mais permissa, afrontando todos os parâmetros necessários para a preservação de uma ZER. Afronta até mesmo o estabelecido no Plano Diretor em vigor, o que levará a uma total degradação dessa área em curto prazo de tempo.

Dessa forma, insistimos fortemente para que se mantenham os usos desses corredores hoje em vigor. Usos que preservam a ZER em questão.

Destaco a Av. Vereador José Diniz no trecho entre a Vincente Ráo e a Joaquim

Nabuco. Hoje é ZER. Uma via elevada, com seis metros de largura. Portanto, não comporta qualquer tipo de ZCor. A ZER deve ser mantida.

Na avenida que fecha o quadrilátero do Brooklin, como já falado aqui, a Roberto Marinho, o PL atribui uma zona mista, que se sobrepõe à área da Operação Urbana Água Espreada. Nem é preciso dedicar muito tempo a essa questão, que, por si só, evidencia uma total ilegalidade, e deve ser corrigida antes de ser encaminhada ao plenário.

Pois bem, eu não queria sair dessa audiência da mesma forma que eu saí de tantas outras: com a falsa impressão de tê-los sensibilizado.

Assim, quero fazer uma pergunta direta: Os senhores vão nos atender e encaminhar ao plenário um PL definitivo incorporando o nosso pleito? Não vale mais uma vez ter que esperar uma nova publicação para descobrir o que essa comissão concluiu.

Por favor, aguardo obter uma resposta, e tenho convicção que ela será positiva.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Jean Piero.

O SR. JEAN PIERO – Boa noite. Meu nome é Jean Piero Georgetti. Minha entidade é a Sabrove, Brooklin Velho. É praticamente um quadrilátero formado pela José Diniz, Washington Luís, Água Espreada e Vicente Ráo.

Eu moro no bairro há 54 anos, e escolhi esse bairro por suas características: tranquilo, com pouco trânsito, muita arborização, temperatura abaixo dos outros bairros. Então represento a totalidade do pessoal da Sabrove, inclusive a maioria dos habitantes do nosso bairro. Todos eles se mudaram para lá devido às características do bairro. Então eu não acho que isso deveria ser piorado ou mudado.

Qual o motivo do adensamento? Mais impostos? Chega. O nosso bairro é um parque para todos, inclusive para pessoas de outros bairros que vem passear lá dentro. O

adensamento vai causar derrubadas de árvores, impermeabilização do solo, aumento de ruído, poluição, temperatura mais alta, fuga de pássaros, etc... Resumindo do que gostaria de passar para os senhores: não queremos manter as Zer - Zona exclusivamente residencial. E retirar a zona Mista, da operação urbana Água Espriada. Principalmente, isso. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Com a palavra o Sr. Tranquilo.

O SR. TRANQUILO – Sr. Vereadores, representantes das comunidades. Sou representante da entidade fundadora do Vargem Grande, bairro que ocupa, aproximadamente dois milhões de metros quadrados de área. A reivindicação dos comerciantes é que o centro comercial não seja apenas na antiga Rua 16, como consta no atual projeto, mas de estenda também a toda rua, antiga Rua 30, atual Rua Palmeiras, que tem 1200m de extensão e que se estenda dois trechos de rua, que liga - de 300 metros cada uma - a Rua 30, com o terminal de ônibus. Feito isso a comunidade se sente satisfeita, porque todos os moradores poderão ter acesso ao comércio, e também os moradores estão satisfeitos e reconhecem o mérito que foi introduzido na atual administração e tornar viável a participação da comunidade, recolhendo as propostas do povo, e devolvendo-as, assim aos poucos, tornar realmente efetiva o que se dizia sem colocá-las em praticas. Participação da comunidade de governar juntos. Parabéns a administração.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Com a palavra o Sr. Paulo Antônio.

O SR. PAULO ANTÔNIO – Boa noite a todos. Trouxemos uma apresentação para acompanhar minha fala.

Sr. Presidente, Srs. Vereadores, membros da mesa, e todos os presentes, boa noite. Sou morador da Vila Andrade. Vila Andrade, Vila Monte Verde, Jardim Vitória Régia e

área do Morumbi, é a área foi mais adensada nos últimos 20 anos. Estamos lá, estrangulados. Áreas verdes totalmente devastadas em função das edificações e o que reivindicamos aqui o que é? Nada mais do que a preservação de uma área verde. Existe instituído por lei, o Parque Paraisópolis, porém a área que está destinada ao parque não tem condições de abrigar um verdadeiro parque, porque ela, geograficamente, é muito acidentada e é uma área de preservação permanente. Tem remanescentes de Mata Atlântica, nascente de água e só pode ser utilizada como um parque contemplativo. Anexo a essa área e que erroneamente, no relatório agora foi mudado de Zepam, para ZR. Imaginamos que isso tenha sido um erro de grafia, ou alguma coisa, o que estamos reivindicando é que um terreno anexo a este parque, terreno de 27 mil m² que está ali encostado no parque, encostado nas edificações, que ele seja anexado ao parque maior que não pode ser utilizado para outra coisa que não seja, contemplação porque é uma APP, não tem condições de se instalar nada lá, é ilegal, se instalar alguma coisa ali. Nós temos um projeto pronto que está na apresentação. Isso já foi desenvolvido, participamos de todas as audiências possíveis, há inclusive, manifestação do Secretário de Governo que recebeu da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, um “ok” que eles estão perfeitamente de acordo com a anexação desse terreno. A área do parque, para que nesse terreno, seja instalado um centro cultural. Temos todos esses equipamentos que estão aí, eles estão instalados nesse área que estamos reivindicando, que seja classificada como ZEPAM e que possa ser instalado ali esses equipamentos esportivos e culturais. E ali existe uma passarela suspensa sobre a área que é de APP que não pode ser construído nada para que os frequentadores possam então contemplar toda a bela natureza que existe ali. Como essa área está anexa a uma futura estação do Monotrilho, ele pode ser classificado inclusive como um parque metropolitano e a área toda, já é imensamente adensada. De modo que não existe outra área verde que possa ser utilizada pela comunidade, para desfrutar do parque. Hoje na Av. Perimetral, você anda qualquer dia da semana, as crianças brincam no meio da avenida, porque ela é uma comunidade composta de 100 mil habitantes e não são só eles.

Todas as entidades que constam na apresentação, vocês estão informados disso, então, como no relatório não houve o atendimento ao nosso pleito para nossa surpresa, porque para a Prefeitura, seria melhor, inclusive porque já existe um projeto, a Prefeitura não precisa gastar dinheiro no projeto, esse projeto foi feito pelo arquiteto André Grasiano, que o pai dele projetou o parque do Povo, ele fez isso de uma maneira como cortesia, participando dessa nossa luta. Então gostaríamos que isso fosse estudado com todo o carinho porque é uma área verde.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Com a palavra a Sra. Isabel Afonso.

A SRA. ISABEL AFONSO – Gostaria que seguisse a apresentação do ponto em que parou, do projeto. Vou falar também sobre o Parque Paraisópolis. É um pleito que a gente vem já algum tempo, em conjunto com toda a comunidade de Paraisópolis.

—
Pode avançar, por favor, até o projeto do parque? Aí são os erros do mapa de zoneamento. Todos já falaram que esse mapa precisa ser corrigido. O próximo slide é um corte do projeto. E aí temos, entregamos para a Prefeitura, protocolamos para o dia 9 de outubro, um abaixo assinado com 4.190 assinaturas. A maioria da comunidade de Paraisópolis. A resposta ao ofício do nobre Vereador Natalini, assinado pelo nobre Vereador Chico Macena, deixando explícito que a Prefeitura apoia a anexação deste terreno ao parque. Aqui, trabalho comunitário que fazemos na comunidade de Paraisópolis explicando sobre o parque. Todos os bairros vizinhos, sem exceção, apoiam o parque. Agradeço a todos e sensibilizar a Comissão, porque o nobre Vereador Paulo Frange falou que quando existe controvérsia, ele não atendeu, mas no caso, não tem controvérsia. Obrigada a todos!

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Com a palavra a Sra. Renata Paranhos.

A SRA. RENATA PARANHOS – Boa noite a todos. Faço parte do movimento de

Moradia Missionário Cidade Ademar, da Secasur, também. Hoje estou aqui para pedir a manutenção das Zeis, principalmente a manutenção da área do residencial Espanha. Gostaria de agradecer o nobre Vereador Paulo Frange, que tem demonstrado bastante atenção, quando a gente vai lá visitá-lo, vai falar a respeito das obras. As iniciaram, e diferente do que as pessoas contrárias falam, lá não está sendo destruído. Pelo contrário, está sendo preservado, agora sim está sendo cuidado. Eles começaram justamente, pela preservação das nascentes. As corujas que o pessoal fala tanto, estão preservadas, estão no cantinho que ninguém tem acesso. E assim, espero que outros locais possam ter, Residencial Espanha, também...

- Manifestação no recinto.

A SRA. RENATA PARANHOS – Estamos felizes com a região. Vai ser feito a moradia junto com parque. Porque ser humano nasceu para conviver com o ambiente. Não tem de separar. As nascentes estão lá, catalogadas, bonitinho. O solo sendo preservado. Vamos ter um monte de benefícios na região, com a duplicação da Alvarenga. Equipamentos sociais. Acredito mesmo que vamos ter moradia e, peço de novo, manutenção das Zeis, principalmente do Residencial Espanha. Eu moro na Vila Missionária, acho que é bem próximo de lá, Alexandre Kipinis, uma das ruas que está no mapa. Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Com a palavra o Sr. Julio Marcondes.

O SR. JULIO MARCONDES – Boa noite a todos. Vim aqui pela Sabrovi, assim como cidadão. O que já foi dito, não consigo passar nenhuma outra ideia, a não ser um relato. Morava em um bairro chamado Aclimação. Em 1970, houve um projeto onde se pediu para que fizesse alguns prédios, algumas modificações. E foi feito. Somente uma linha, em um quarteirão. Somente uma linha de um quarteirão, atravessando o bairro. Ele pegava 21, 22

quarteirões atravessando todo o bairro. E hoje se vocês conhecem o bairro da Aclimação, podem ver o que se tornou. Mas ou menos, o que está acontecendo no bairro Indianópolis. Eu não quero isso para o meu bairro. Quero respeito. Eu era muito moleque quando me expulsaram do meu bairro. Agora não! Agora os senhores têm de respeitar. Não só a mim, como os moradores de todos os bairros. O trabalho dos senhores é muito importante, e parabênizo a cada um. Mas esse trabalho tem de ser sério. Não pode ser uma brincadeira de vir aqui, a gente tá falando, mostrando, argumentando pessoas idôneas – se permite falar como a Arquiteta Regina, nada é feito. Que isso? Não somos pessoas de bem? Ou estamos aqui, simplesmente para tentar lograr os cidadãos. Desculpem cidadãos. Por favor, nos trate com respeito. A brincadeira está ficando um pouquinho maior, assim como está acontecendo com o Brasil e nós paulistas, paulistanos, principalmente vamos tomar pé da situação. Não vai ficar assim não. Os senhores são vereadores, são nossos representantes. Não interessa aqui em quem votei. É meu voto, ainda, mas tem de ter o respeito. Desculpe, se for repetitivo, mas há 45 anos estou escutando que isso vai acontecer para melhor. E não está acontecendo. Vocês estão importunando as pessoas. Estão trazendo desgraças para muitas pessoas. Os senhores têm de ver isso, Isso é importante. Cada pessoa está passando aqui. Essas pessoas que estão trabalhando, há anos de graça para São Paulo. Ninguém está reivindicando salário, não. Está reivindicando respeito. Está reivindicando melhoria. Pode ter algumas convergências, divergências aqui, com algumas pessoas que falam que é mais, que é menos. Mas todos estão querendo o melhor para cada um. Para o bairro. Da sua comunidade para o seu vizinho. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Com a palavra a Sra. Tal Ig Me (?)

A SRA. TAL IG ME – Sou moradora Campo Belo, vim aqui pedir a mudança do zoneamento de ZR para ZPR. Está acontecendo uma degradação, as casas estão sendo

abandonadas, estão para alugar ou para ser vendida e como não pode fazer nada, as pessoas estão abandonado o bairro. O que estou pedindo é ZPR, uma ocupação de baixa densidade que as pessoas ainda continuam no bairro, não para ser abandonadas. É isso. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Com a palavra o Sr. Carlos Misley.

O SR. CARLOS MISLEY – Boa noite. Sou morador do Jardim Marajoara, acredito que essa audiência é um pouco perigosa, porque a gente cria inimizade desnecessária. Tem gente defendendo a manutenção. Daqui á pouco vamos começar achar que é um contra o outro. Não é isso. Cada bairro é um caso. Não quero começar a discutir, apoio o pessoal que está desse lado. Agora, quero falar do Jardim Marajoara, bairro que nasci e cresci, que ao passar do tempo decidi que seria o bairro que gostaria de morar e de criar os meus filhos. Mas me incomoda um pouco essa ameaça que estamos recebendo. O Jardim Marajoara é um bairro muito pequeno. Toda noite, toda manhã vou passear com meus cachorros, sem guia. Caminho de uma extremidade até a outra do bairro, e tenho acesso a qualquer tipo de serviço que eu quiser. Tem padaria, loja, farmácia. Não me falta nada. Até escola, se eu quiser. Acredito que seja um pouquinho de comodismo qualquer pessoa querer caminhar só dez metros, para qualquer tipo de serviço. Isso não é necessário. Temos um bairro muito bonito. A sociedade de amigos e bairro, tem cuidado muito bem do bairro. Tem gente de fora que vem passear lá todos os dias de manhã, tem as pessoas de todos os condomínios. Pessoas que pagam uma fortuna de condomínio, por mês, vem passear em um bairro aberto. Isso é um pouco estranho. Porque alguém pagar dez mil reais de condomínio para vir passear em bairro aberto. Pouco estranho isso. Do mesmo jeito as pessoas do bairro vão a pé fazer compras na padaria, supermercado, com o desenvolvimento bom que veio dos últimos anos para nossa região. Antigamente não podia fazer nada a pé. Só de carro. Agora podemos fazer á pé. Pergunto, porque vamos estragar um bairro assim, trazer movimento adicional com bairro

assim, se ele já tem tudo que precisa. Há poucos metros. Eu não faço muito exercício, eu caminho toda noite. O fato de eu não fazer muito exercício é uma demonstração de que eu não caminho muito porque eu não preciso. Eu vou ao supermercado, eu caminho 500 metros. Uma pessoa da outra extremidade vai caminhar talvez um quilômetro. Isso não é muito.

Então, estou aqui só para reforçar a nossa sociedade, os nossos moradores não puderam estar todos aqui hoje porque muitos têm filhos ou trabalham ou são idosos e não tem condição de vir. A luta aqui é pela manutenção do bairro Jardim Marajoara como Zona Estritamente Residencial. É isso o que a grande maioria do bairro quer.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Francine Lazzaretti e, em seguida, Cássio Romano.

A SRA. FRANCINE LAZZARETTI – Boa noite. Meu nome é Francine, sou arquiteta e urbanista. Já falei algumas vezes a esta Mesa me despidendo da minha profissão e falando apenas como moradora do Jardim Marajoara.

Diferente do meu colega, sou moradora da borda do bairro do Jardim Marajoara, moradora da rua onde há um tráfego intenso de veículos todos os dias, moradora da rua onde não dá para sair com o cachorro sem a guia, infelizmente.

Hoje gostaria de fazer um pouco o uso da minha profissão e lembrar um pouco do conceito que define o urbanismo que diz que é o saber e a técnica da organização e racionalização das aglomerações humanas, que permitem criar condições adequadas de habitação às populações. É isso o que eu quero. Quero ter condições de habitar o meu imóvel, eu quero ter condições de me mudar para o meio do bairro, assim como o meu colega, e poder sair na rua, eu também vou passear no miolo do bairro. Infelizmente, na minha rua é impossível passear.

Todos os domingos eu vou com meus filhos para o miolo do bairro que hoje é preservado em detrimento da borda, que serve de acesso a vários bairros que se localizam depois do Jardim Marajoara e do tráfego intenso de veículos que tem lá todos os dias.

Meus filhos não têm condição de estudar em casa pelo barulho. Então, eu gostaria de ressaltar que existe, sim, uma diferença entre os moradores da borda e os moradores do meio. Não acredito que ninguém que esteja na borda gostaria de prejudicar nada do que acontece no centro do bairro, mesmo porque é o que toda a borda almeja.

Assim como a colega falou antes, se alguém se disponibilizar a trocar de imóvel comigo, está à inteira disposição.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Cássio Romano.

O SR. CÁSSIO ROMANO – Boa noite a todos. Sou morador do Campo Belo e participo do movimento ZER Legal e da Associação Pró-Campo Belo. Acompanhamos o processo de discussão do Plano Diretor e da Lei de Zoneamento desde o início.

Gostaria de parabenizar o Executivo municipal aqui representado pelo diretor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e o Legislativo na pessoa dos Srs. Vereadores presentes pelo excelente trabalho desenvolvido.

Nosso pleito é pela conclusão do processo de discussão da Lei de Zoneamento e sua votação na Câmara Municipal de São Paulo ainda neste exercício, como foi previsto desde o início. Também pleiteamos a ratificação da mudança de zoneamento para Zona Mista na região compreendida entre a Rua Dr. Jesuíno Maciel, Avenida Bandeirantes, Vereador José Diniz e Avenida Santo Amaro.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Virgilene Graça.

A SRA. VIRGILENE GRAÇA – Boa noite a todos.

É o seguinte, estou aqui pelo Campo Belo e a minha reivindicação - não só a minha, como da maioria dos moradores do Campo Belo - é assim: ninguém está querendo destruir a parte residencial de nenhum bairro. Inclusive, não estamos querendo acabar com a residencial do Campo Belo. Estamos apenas querendo fazer valer as quadras que foram bloqueadas no Campo Belo. (Palmas)

Outra coisa: estou no entorno do aeroporto e, quando fui para lá, aquela região era região comercial - sempre foi. Inclusive o aeroporto vive em função do entorno do Campo Belo, que é da Conde de Porto Alegre até a Baronesa de Bela Vista.

Então lá o barulho do avião passa em cima das casas, é muito barulho e os aviões passam em cima das casas. Então ali tem muito comércio, 95% são comerciais. Em 2004, a lei foi mudada para residencial. Então os Comerciantes continuam lá, assim de uma maneira irregular.

Nós precisamos do emprego, tá? O pessoal lá vive em função do emprego ali, que serve aquele aeroporto. Tem muito comércio lá: 95% são comerciais. Então, assim, as casas, os moradores residenciais, são 5%. Então, nas casas que estão lá, ninguém vai querer morar, a maioria não quer morar com avião passando na cabeça. Então tem de ter a preservação do emprego lá naquela região, e há 48 quadras bloqueadas ali no Campo Belo. Assim faz tempo que está estagnada aquela região: Dr. Jesuíno Maciel, enfim. Assim, não estamos querendo acabar com o verde, muito pelo contrário, gente.

Meu tempo já está acabando, então vou aproveitar para falar da Santa Casa, que está precisando de muita ajuda. É um pedido do meu amigo ali.

É isso. Quero ou Zcor ou, então, a ZPR, isso. É isso o que estamos pleiteando.
(Palmas)

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Mauro Scarpinatti.

O SR. MAURO SCARPINATTI - Sr. Presidente, Srs. Relatores, Srs. Vereadores,
demais integrantes da Mesa, boa noite, boa noite a todos.

Estivemos em diversas audiências, apresentamos nesse processo algumas contribuições em forma de documentos, manifestos, enfim. Mas, hoje, estou aqui para fazer algumas considerações sobre o PDE, que foi mantido, no substitutivo, o artigo 97 tal qual estava, que trata da implantação de infraestrutura e lista, em vários itens, de um a sete, vários tipos de infraestrutura. E, na sequência, o artigo 98, que diz que os empreendimentos de infraestrutura podem ser implantados em qualquer local no Município, desde que alternativamente.

O que quer dizer esse "desde que alternativamente"? - que, para a gente, está mal explicado. Ou seja, desde que previsto nos instrumentos normativos, como o PDE, leis específicas, Planos Regionais ou, quando não previstos, delega à CTLU - Câmara Técnica de Legislação Urbanística, que é uma comissão nomeada pelo Poder Executivo e, portanto não tem ingerência do Poder Legislativo e tampouco o controle da sociedade civil.

Do nosso ponto de vista, o que isso vai gerar? Na verdade, pode gerar - não estou dizendo que vai gerar -, pode gerar a desfiguração de todo o PDE, porque você não tem controle sobre essa comissão que é nomeada pelo Executivo. Do nosso ponto de vista, o Legislativo, desde já - desde já! -, deveria normatizar isso. Potencialmente, portanto, o PDE pode ser desrespeitado a qualquer momento por essa Comissão.

Por último, quero fazer uma última consideração que é com relação ao parcelamento, à modalidade parcelamento, que o Vereador Frange apresentou aqui: desmembramento de áreas. Por exemplo, 10 mil metros quadrados, foi eliminada a exigência de área verde - que existia, de 10%; área institucional, de cinco; área de afetação, de cinco, e

assim por diante, o mesmo acontecendo com área de 15 mil metros quadrados. Ora, hoje, quem tem uma área de 250 metros quadrados tem de deixar a área permeável.

Agora, você pega uma área de 10 mil metros quadrados na cidade de São Paulo: é um sítio; 15 mil metros quadrados: é uma fazenda. O cara pode parcelar isso sem doar para o Município nem uma contrapartida. Não dá. A única possibilidade que temos de criar área verde em São Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Muito obrigado.

O SR. MAURO SCARPINATTI - ... É por doação, sobretudo num momento como este em que vivemos uma crise de abastecimento de água...

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Muito obrigado.

O SR. MAURO SCARPINATTI - ... E que a gente vive na iminência das mudanças climáticas e daquilo que vem por aí.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Próximo: nobre Vereador Eliseu Gabriel.

O SR. ELISEU GABRIEL - Boa noite.

Queria, primeiro, saudar aqui a Comissão de Política Urbana; saudar o Vereador Paulo Frange, o Vereador Gilson, o Vereador Netinho de Paula - Police Neto, desculpe -, o Daniel, o Mário - Marcos -. E dizer que quero elogiar o trabalho que está sendo feito pela Comissão, apesar de todas as dificuldades, não é? Como sempre falo, o ideal é que a gente tivesse tido os Planos de Bairros, que seriam muito melhor para a gente poder discutir.

(Palmas) Mas acho que tanto o Vereador Paulo quanto o Vereador Gilson estão fazendo esforço, a Câmara também. Espero que a gente não tenha uma surpresa ruim - não é? - na votação. A gente espera que, no final... Porque agora ainda está... Não fizemos nem a primeira votação ainda, quer dizer, será feita uma primeira votação e, depois, se fazem novas mudanças, se fazem outras pressões - que têm de ser feitas, democraticamente - e aí, depois, é que se faz a segunda votação.

Mas eu queria levantar algumas coisas, até na linha do que o último orador falou, essa questão de área verde. Estou muito preocupado, Vereadores e senhores, com a questão das áreas verdes do Panamby. Existe uma preocupação grande com essas áreas e do entorno também - aquela do entorno do Burle Marx, não é? Acho que a gente tem de rever a ampliação da Operação Urbana Água Espraiada, porque ela tem grandes implicações e coloca em perigo áreas verdes da região, e impacta muito o clima local e toda a região. E ali a gente precisa lembrar que estamos discutindo o clima lá em Paris, uma grande Comissão, um problema gravíssimo de não elevar a temperatura do globo, e nós temos que, então, ampliar a Zepam do Parque e de outra significativa, perto da Ponte Nova.

Querida também, ainda com a preocupação na Operação Urbana Água Espraiada, dizer que a implantação do Parque Linear, no final da Roberto Marinho, acabou não acontecendo e a área foi invadida de novo. Acho que, em vez de ampliar a Operação Urbana Água Espraiada, a gente devia concluir o que estava sendo previsto, não é? (Palmas) E não deixar acontecer o que está acontecendo. (Palmas)

Existem várias questões aqui em Santo Amaro. Por exemplo, há a questão, não é em Santo Amaro, mas na Vila Cruzeiro e na chácara Santo Antônio, por exemplo (Palmas), que eles foram muito impactados pela Operação Urbana Água Espraiada, e é preciso então que se compense o estrago que foi feito para dar um pouco de tranquilidade aos moradores da região. É preciso, por exemplo, retirar ZEUs e ZEUP, eixo de estruturação urbana e a prevista, e os bairros, as vias, essas regiões estão extremamente congestionadas. É só ver a João Dias, a

Santo Amaro etc.

Também como foi citado aqui, na Chácara Santo Antônio tem havido casos de afundamento do solo, e isso é grave. Então tem que haver restrição nas construções, tem que terá alteração da zona mista para zona predominantemente residencial.

Para concluir, quero só dizer mais alguma coisa. Também defendo a criação do Parque Paraisópolis, e vejo essa questão da ZER com a ZCor, que é uma luta grande, está claro que algumas regiões têm que ser ZER, como Brooklin Velho. Eu conheço muito bem. (Palmas) Mais do que claro, não tem o que discutir. Por outro lado, existem outras regiões, como disse aquela moça loira, tem regiões que não podem ser ZER, são regiões que estão comprometidas a um ponto inevitável. (Palmas) Então nós temos que ter equilíbrio. Não se trata de Corinthians contra São Paulo, se trata de termos a sensibilidade, na Câmara, de ver o que é ZER, manter a ZER que é um pulmão para a Cidade, fundamental, isso é fundamental. (Palmas) É claro que região absolutamente degradada é outra situação.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado. Maria Lúcia Ramos.

A SRA. MARIA LÚCIA RAMOS – Boa noite. Represento aqui o coletivo Manifesto pelo Direito à Cidade: água, áreas verdes, moradia e qualidade de vida para todos e todas, junto com meu companheiro Mauro Scarpinati, que me antecedeu. Durante todas as audiências públicas nós circulamos um manifesto com relação às questões ambientais da Lei de Uso e Ocupação do Solo e fizemos um documento propositivo.

Tivemos oportunidade de ser recebidos pelo Vereador Paulo Frange, que escutou as nossas reivindicações, concordou com a maioria delas. De fato, algumas foram incorporadas, sobretudo algumas áreas que foram tornadas Zepam, como a gente reivindicou, e a questão do sistema de áreas verdes, áreas protegidas e espaços livres, que melhorou.

Mas nem tudo foi incorporado. Por exemplo, a questão do controle social vale para os parques, mas não está para as praças. Tem outras questões também que a gente apontou. Eu não vou ler uma a uma em respeito ao adiantado da hora. O documento foi protocolado.

A única coisa que vou reivindicar é que isso seja analisado e que seja incorporado o que não foi incorporado, sobretudo a questão das terras indígenas, da Zepam terra indígena. A gente conversou sobre isso, Vereador. E também um erro, uma incoerência que tem no PDE sobre o pagamento por serviços ambientais. A gente pediu que isso fosse equacionado de forma a dirimir essa incoerência. São coisas simples, não são coisas muito complexas. Então eu vou protocolar novamente o documento e reivindico que sejam incorporadas essas outras questões.

Outra questão que eu trago, aí já não mais como representante, mas como moradora mesmo: moro numa ZPR e acho ótima a designação de ZPR para o lugar em que eu moro. Só que tem o seguinte: a ZER tem duas categorias, com lote maior e lote menor. Por que na ZPR tem uma só? Por que, na ZPR, necessariamente tem que ser 125m? Por que não pode ter duas categorias de ZPR, assim como tem ZER? Porque tem áreas de ZPR que têm 250m hoje, e não é desejável que sejam parceladas, porque cada casa vendida vira dois sobradinhos, necessariamente. E esses dois sobradinhos aumentam a permeabilização do solo; no mínimo uma árvore na calçada e outra no quintal são cortadas; aumenta o trânsito e desconfigura a paisagem do bairro, muito mais do que o uso. A diversificação de uso que a ZPR traz é superbem-vinda, mas então solicito que seja criada mais uma categoria de ZPR que só mude isso, só mude o tamanho do lote.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Clair Helena.

A SRA. CLAIR HELENA – Boa noite. Meu nome é Clair Helena, sou moradora da região da Cidade Ademar há mais de 50 anos, há 30 anos mudei para a região do Mar Paulista, para onde está pleiteado agora o Residencial Espanha.

Eu me sinto muito feliz de poder ter o meu imóvel próprio e fazer parte de um movimento que vai contemplar pessoas que vão sair da região da Represa Billings, que é uma área de preservação onde os esgotos são jogados se qualquer forma. Esse residencial vai abrigar 3.860 moradores que necessitam estar num lugar adequado, num lugar em que há planejamento. Pela primeira vez na zona Sul, na minha região, a gente vai poder receber essas pessoas.

Tem pessoas mal informadas que dizem: “Ah, vai vir gente de fora, gente da zona Leste”. É uma discriminação muito grande quando se trata de ser humano. É o que já foi dito aqui, o ser humano e natureza devem caminhar juntos. Nós temos que aprender a preservar a natureza. Eu moro no Residencial Indaí, que é uma área que tem verde, tem sobradinhos, tem apartamentos e todo mundo ajuda a cuidar da natureza. Tem ruas lá que são até varridas pelos próprios moradores. E esses movimentos, essas pessoas que às vezes nem moram perto de lá, ficam: “O Residencial vai prejudicar a natureza”. Hoje não se faz nada sem planejamento. Antigamente a Cidade Ademar foi, vamos dizer assim, ocupada sem planejamento, mas hoje... Inclusive nós estivemos com o Vereador Paulo Frange, que nos recebeu, que nos orientou, que nos ouviu, o movimento de moradia que é o Cecasul, ao qual pertencemos.

Eu falo mais uma vez: sou de uma época em que se lutava por democracia e é algo que eu não estou vendo aqui. É o desrespeito pela nossa opinião.

Obrigada. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Paulo Frange.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Clair. Alonso Alves de Lima.

O SR. ALONSO ALVES DE LIMA – Boa noite. Eu me chamo Alonso, sou morador da Chácara Santo Antônio, venho aqui na condição de cidadão, de morador do bairro. O que

me motivou a vir aqui foi fazer uma solicitação, manifestar uma grande preocupação que eu tenho referente a dois artigos de lei que constam no Plano Diretor.

A reivindicação é com relação à largura do lote mínimo. Eu fiz uma sugestão por escrito sugerindo um inciso de lei para flexibilizar essa metragem mínima em ruas, em bairros, no qual o desmembramento se harmoniza com o que já existe ali, em nome até do que os senhores já mencionaram algumas vezes aqui na mesa, do zoneamento real. É uma alteração que não altera o espírito da lei, porque é o desmembramento de um lote, no caso, que se harmoniza com aquilo que já existe ali na rua, no bairro, no quarteirão. Essa é uma solicitação.

Uma grande preocupação que eu trago aqui, e isso afeta a vida de todos os moradores da Cidade, são dois artigos de lei referentes à eliminação do recuo frontal dos imóveis e a eliminação do recuo de fundo dos imóveis. Eu considero isso uma temeridade - e espero que os senhores revejam isso - do ponto de vista da saúde pública, da insalubridade que vai gerar, do ponto de vista urbanístico, da insolação, da circulação de ar, da qualidade da moradia, dessas residências. Se isso realmente virar regra, eu vejo com grande preocupação a qualidade de vida para a gente morar nesta cidade. Se todos resolverem avançar para o fundo e para frente, realmente a qualidade de vida vai para o brejo. Eu espero que os senhores revejam isso, repensem com carinho.

Talvez seja algo que não tenha chamado muito a atenção dos senhores, não vejo ninguém se manifestar aqui a respeito, mas eu estou muito preocupado particularmente com esses dois artigos de lei.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Alonso. Renata D'Ángelo.

A SRA. RENATA D'ÂNGELO – Boa noite. Eu estou lendo a frase e não tinha reparado. Participei de várias audiências públicas e agora que eu reparei: “A cidade que você

ama vai ficar ainda mais organizada”. Bom, o bairro que eu amo vai afundar, se não for corrigida a questão do zoneamento, porque não dá para a gente olhar para cima. Quem olha para cima e não olha para o chão tropeça.

O Vereador sabe o quanto a gente tem insistido na questão da Chácara. Numa cidade do tamanho de São Paulo não dá para ignorar os impactos no subsolo e de áreas que já foram afetadas. Eu peço mais uma vez. O Vereador Paulo Frange é médico, meu avô era médico também e a gente não pode ver uma pessoa doente e virar as costas. Isso e negligenciar. Então eu peço mais uma vez. Não vou repetir o discurso.

A Chácara Santo Antônio tem a questão do subsolo, lençol freático, O Vereador e outros vereadores já verificaram a carta geotécnica do Município, da Chácara Santo Antônio especificamente, e manter o zoneamento que está na região de várzea é assassinar o nosso bairro. E também não dá para olhar só o quadradinho e falar: “Vou reparar o quadradinho”, quando o restante também está doente. Está doente, mas não pode ser condenado à morte, ainda dá para recuperar. Então eu vou insistir aqui, mais uma vez, que uma cidade do tamanho de São Paulo tem que olhar o subsolo também. Está bom, Vereador?

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Renata. Silvia Leite.

A SRA. SILVIA LEITE – Boa noite. Eu venho representando o Alec, um abrigo que está há 16 anos no Planalto Paulista, que já atendeu 267 crianças e é considerado referência pela Vara da Infância do Jabaquara.

Quero agradecer a todas as pessoas que estão aí, abraçaram a causa e estão me ajudando nas apresentações que estão fazendo.

Quero agradecer aos vereadores. Eu não esperava ter tanta abertura e tanta disposição para ouvir, então agradeço imensamente, me sinto ouvida. Ainda tenho coisas para

dizer hoje, sinto que vocês, por alguma razão, nem tudo conseguem atender, mas estou aqui de novo para insistir no que eu acredito que é importante para a sociedade.

Quero agradecer a você, Paulo. Dois dias depois da primeira audiência - me ouviu – e, dois dias depois, estava no LALEC. Eu ouço um monte de gente falando isso, não sei como consegue se desdobrar, nem se dorme, até me preocupa isso. Mas eu agradeço esse empenho. É bonito de ver.

Gostaria de falar especificamente dos abrigos de medida protetiva que, no quadro, foram excluídos como exceção em ZCor. Então os moradores de ZER não querem, ao lado da casa na ZCor, motel, drive-in, e abrigos de medidas protetivas para criança e adolescente. Me dói um pouco estar do lado dessas duas coisas. Mas, vamos tentar entender porque isso aconteceu. Temos de tentar entender. Acho que foi feita uma pesquisa, perguntou-se ao morador de ZER o que o incomodava. Havia uma lista gigante e ele não tem a menor ideia do que é um abrigo de medida protetiva. Ele disse: “Eu não quero isso”, empurrou para longe da casa dele.

Eu tenho fé e, por isso, agora, vou explicar o que é isso, pois não acredito que alguém possa querer que o que vou mostrar esteja longe de casa. Um abrigo de medida protetiva acolhe 20 crianças. Então não é uma multidão, não tem uma incomodidade de fizar zanzando gente. É uma casa que abriga pessoas de zero a 18 anos em situação de vulnerabilidade social. O que é isso? São maus tratos e abandono. Não é histórico de delinquência. É uma situação totalmente diferente. A mãe abandonou, a avó batia e essa criança vai para esse abrigo. Esse é a LALEC, a cara que tem um abrigo. Não é um negócio gigante, é uma casa que tem um carro bonito na frente. E eu acredito que tenha um carro bonito na frente porque está numa ZCor. Também porque tem um bairro rico em volta e tem gente com dinheiro e disponibilidade de tempo para ajudar. Isso é importante e é isso que eu defendo. (Palmas)

Olhem a cara desse abrigo. É um abrigo com muito recurso. É uma pena que nós,

ao invés de fomentar essa proximidade daquele carente de uma pessoa com recurso, as pessoas queiram empurrar para longe. Então não acredito – de novo – que sejamos uma sociedade que vai empurrar para longe, mas, sim, que acolha e traga para perto essas crianças. Que nós, como sociedade, vai rever essa restrição. Não tem o menor sentido e espero que os moradores de ZER que disseram não querer, vendo, agora, o que é exatamente, consigam perceber que isso não incomoda ninguém e que deveríamos trazer para perto, ajudando essas crianças a serem melhores no futuro, ajudando, assim, a sociedade como um todo. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Sra. Silvia, por favor.

A SRA. SILVIA – Boa noite a todos, sou do Campo Belo. Fico feliz depois desses dois anos com o Artigo 107 que, justamente, fala de meios com os quais se pode conter os ruídos de uma região e, como nosso bairro, tem o aeroporto de Congonhas, que é muito barulhento, fora que temos os adensamentos no entorno, então essa medida é muito importante.

E até, nesse sentido, é que, na época, achamos que aquelas áreas verdes rentes à avenida Jornalista Roberto Marinho poderiam ter sido preservadas. Afinal, é uma área muito importante para o bairro justamente nesse sentido do Artigo 107.

Para conseguirmos harmonizar melhor esse bairro, que é bastante misto, e ter uma confraternização entre o residencial e o comercial, acho muito importante termos ainda uma última medida, dentro desse plano de zoneamento que é manter-se, seja nos fundos ou na frente da residência, uma árvore que seja, quando esse imóvel for transformado em Zona Mista. Porque, vejam, nas áreas comerciais, em alguma, isso faz falta. Muitos comerciantes respeitam a situação, são até mais ecologistas do que muitas pessoas que possuam imóvel residencial, mas, por outro lado, é interessante esse regramento, pois vemos a mudança e,

depois, a pessoa retira o quintal, o jardim dos fundos, e também a árvore da calçada.

Gostaria de fazer um adendo em termos de construções, porque, em Campinas, há um problema bastante grave nos condomínios que é a febre maculosa e está afetando as capivaras, que, coitadas, estão sendo vitimadas nesse sentido. Quando deveríamos ter um olhar mais profundo ao nosso ecossistema, ou seja, o que estamos realmente fazendo. Também devemos ver a situação como um *One Health*, uma saúde geral, e não apenas sempre tentar conter tudo com medidas sanitárias.

É nesse sentido também que o pessoal do parque dos Búfalos pede apoio. É muito importante a ecologia caminhar junto com o ser humano numa educação ambiental constante, porque não podemos deixar de evoluir. Por outro lado, não podemos deixar de lado a natureza, pois, nesse sentido, pela biologia, explica-se que está havendo um reassentamento de espécies, ou seja, o carrapato que, na época, tinha um predador, agora, não encontra mais esse predador e estamos tendo esse problema, que queremos evitá-lo em São Paulo. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito obrigado. Próximo é o Sr. José Paulo dos Santos. Depois, o Sr. Willian Polidorio.

O SR. JOSÉ PAULO DOS SANTOS – Boa noite a todos. Hoje eu digo literalmente – pois, na reunião anterior, no Câmara no seu Bairro – eu falei boa noite quando era bom dia. Só que, na realidade, tínhamos uma situação que realmente remetia ao boa noite. É o seguinte: quando o comerciante ataca o morador ou o morador ataca o comerciante, no mínimo, estamos vivendo uma má noite. E é isso que estamos vivendo novamente. E eu não posso concordar que todos que aqui estão, tomem esse tipo de atitude que é contrário a tudo aquilo que aprendemos, desde pequenos.

Portanto, é importante que todos aqui vejam a responsabilidade que está em

nossas mãos. Precisamos fazer com que os erros dos desgovernos anteriores, que estão provocando tudo que estamos vivendo hoje, como a falta de dinheiro para sustentar imóveis de padrões que, no passado, se permitia, mas hoje não conseguimos mais manter, não nos impeça de achar uma solução para todos. Isso tudo é fruto de desgovernos, pois uma nação que é nação, um estado que é estado, ou um município que é município ele cresce, mas cresce com consistência.

O que nós vivemos durante um período muito grande é que a corrupção tomou conta de tudo. Então isso solapou as bases da economia, do trabalho, da educação. Então hoje estamos colhendo os frutos disso.

Portanto peço aos senhores que entendem que esse é um momento muito sério. Os estados, os municípios e a Nação estão à beira da falência. Por quê? Quando o Estado não é responsável, no mínimo, o cidadão deveria sê-lo, mas o cidadão que cala, ele consente e é conivente, então não tem o direito de reclamar de nada. Acontece que o preço que estamos pagando é muito alto. E nossos filhos e netos – e nossos bisnetos – se sobreviverem a tudo isso, já será um vitória.

Eu peço, então, que todos pensem na preservação ambiental, na preservação da saúde, do trabalho consciente, responsável e não corruptor.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

O próximo orador é o Sr. Wesley Silvestre Rosa e, em seguida, O Sr. Wilian Polidorio.

O SR. WESLEY SILVESTRE ROSA – Boa noite a todos. O nosso discurso vai no sentido do da maioria: a preservação das poucas áreas verdes restantes no Município de São Paulo. (Palmas) Uma cidade feita sobre concreto e, segundo o nosso novo zoneamento, o Sr.

Prefeito está autorizando a construção de moradias populares e outros comércios a se instalarem em área de manancial.

A área que reivindicamos a sua preservação se chama Parque dos Búfalos, fica na zona Sul de São Paulo. Há uma grande divisão, porque falam que o movimento de preservação é contra a moradia, mas, na verdade, somos a favor. Sou ocupante de área de manancial, minha família está há 40 anos nessa região, mas fomos jogados lá devido a gentrificação da Cidade.

Eu era morador da Mooca até os 4 anos de idade. Com a crise, em 92, fomos jogados nessa região. Desde 94, a Prefeitura nos visita, dizendo que vai nos tirar do manancial, e nós nos inscrevemos sem qualquer discussão, porque sabemos que lá é área de preservação e de produção de água.

A área que nós falamos existe há mais de 40 anos. Era uma fazenda de búfalos, devido aos búfalos, trouxe uma quantidade de turistas para a região, os quais até hoje fazem uso da área como parque.

A área nunca foi ocupada, nunca foi reivindicada como habitação, ao contrário, os moldes de uso dessa área é extremamente recreativo, a população preserva a área há muito tempo. A população quer que lá seja um parque municipal ou metropolitano, como condiz a Lei Específica da Billings, a qual prevê que as áreas preservadas até 2009 devem continuar preservadas para a manutenção dos atributos naturais.

É isso que nós estamos reivindicando há mais de dois anos.

Vereador Paulo Frange, o senhor como Relator desse zoneamento, mudou o zoneamento do Caxingui; tirou uma ZEIS 5 de lá. É um bairro nobre, fica na Vila Sônia.

Por que não tirar uma ZEIS dessa área de proteção e recuperação dos mananciais e levar essa ZEIS para as áreas de estruturação e mobilidade urbana, onde nós indicamos, na Miguel Yunes está chegando ciclovias, tem corredor de ônibus, há um terreno imenso, onde poderiam ser construídas 3.200 unidades. (Palmas)

Outro terreno é na São Canuto, onde cabem 1.912 unidades, fica muito próximo ao Parque dos Búfalos. Então, poderiam ser construídas habitações e atender ao movimento de moradia, e nós, que queremos que aquela área continue preservada, com os suas 19 nascentes, toda vegetação de Mata Atlântica, com a sua declividade e com todas as suas modalidades ali existentes. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Quero registrar e agradecer a presença do Sr. Vander Simões Oliveira, representando o Sr. Vereador Ricardo Nunes.

Tem a palavra o Sr. Wilian Polidorio.

O SR. WILIAN POLIDORIO – Boa noite digníssimos Vereadores e todos os presentes.

Sou morador do bairro Vila Cruzeiro e represento um número de síndicos de prédios residenciais com mais de 3 mil famílias. Estamos situados no corredor que está sendo criado com a expansão da Avenida Chucri Zaidan, com duas novas pontes que estão retirando moradores e casas e derrubando árvores, que impactarão diretamente o aumento do ruído, temperatura etc.

Bem oposto do que estão dizendo sobre a necessidade da preservação do meio ambiente em Paris ou pelo Poder Público de São Paulo.

Preocupa-me muito como cidadão e como representante de síndicos.

No bairro Vila Cruzeiro, vocês estão propondo duas ZEIS habitacionais em áreas públicas com áreas em torno de 14 mil metros quadrados. Não identificamos estudos para novos moradores nessas áreas. A ausência de estudo de impactos no Córrego São Judas, que inicia próximo à Hípica Santo Amaro e deságua no Rio Pinheiros.

Aposto isso, tenho aqui a cópia da proposta como reclassificação dessas duas

áreas como Zepams, com a criação de parques ou praças. Nessas propostas constam mais de 2 mil assinaturas que desejam ter no bairro áreas verdes para lazer.

Sr. Relator, não basta colocar mais gente para morar numa área saturada em relação ao solo por ser várzea do Rio Pinheiros, sem se preocupar com qualidade de vida para os moradores, sem pensar em democracia.

No final, não basta falar em preservação do verde, derrubando árvores e aumentando o concreto, sem colocar em prática a compensação com a criação ou reclassificação de áreas públicas inutilizadas como parques ou praças solicitadas nesse ofício. Protocolei, na Prefeitura, um pedido similar e não fui acatado.

Venho aqui convocar, você, Relator, e todos os Vereadores para defenderem um futuro melhor para a população local da Vila Cruzeiro, criando essas áreas verdes, a preservação do Córrego São Judas e outros para a melhoria da qualidade de vida.

Contamos com vocês. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Maria Auxiliadora Lopes, e, depois, a Sra. Maria José A. F. da Costa.

A SRA. MARIA AUXILIADORA LOPES – Boa noite, Srs. Vereadores e a todos os presentes.

Minha fala aqui é no sentido de parabenizar o trabalho que vem sendo desenvolvido tanto pela SMDU como pela Câmara, na pessoa do Presidente da Comissão e do Relator, porque é um trabalho árduo. Não é fácil.

Eu não poderia imaginar que a Câmara Municipal trabalhasse tanto quanto trabalha. Aprendi isso no Plano Diretor Estratégico, ao ver o trabalho que foi efetuado e, agora, com a Lei de Zoneamento.

É um trabalho árduo que tem que ser respeitado.

Outra coisa importantíssima: só não participou das audiências públicas inúmeras da vida quem não quis. Foi anunciado até na Rede Globo, chamando, conclamando o cidadão para participar. (Palmas)

Outra coisa fundamental: a Câmara Municipal de São Paulo, que representa esta Cidade, a principal Cidade deste país, não pode fechar os olhos para a realidade que existe. Não dá para dar as costas para a Cidade.

Vejam bem: nem ZCorr nem ZER querem uma Cidade ruim. Todos nós queremos uma cidade boa porque vivemos aqui. Agora dizer que só ZER é que tem verde não é verdade.

Vai na São Benedito e olhem quanto verde há na São Benedito. E, lá, tem a prestação de serviços há mais de 40 anos. Sinal do que a prestação de serviço e o comércio podem, sim, preservar o verde.

Nós somos preservacionistas do verde. Basta olhar a nossa manifestação na OAB, denunciando a poda drástica de árvores, quando, às vezes, a pessoa não está instruída e orientada.

É importantíssimo: nós somos agradecidos porque eu sinto que a sociedade civil, quando está organizada e determinada, consegue fazer a diferença. É o que está acontecendo com a São Benedito.

Nós nos organizamos de forma firme, forte e determinada, porque sabemos o que queremos naquele pedaço, naquela região em que estamos, onde geramos empregos, vivemos de forma cômoda com toda a vizinhança.

Então, nós estamos muito agradecidos e esperamos que o PL seja votado já.

Não dá para a Cidade ficar parada. Querer que a Cidade fique parada é jogar contra a Cidade, contra a cidadania. (Palmas) É quem não quer o progresso de São Paulo que não quer que se vote, quem quer judicializar, porque não quer o progresso.

Nós queremos São Paulo para frente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Maria José.

A SRA. MARIA JOSE DA COSTA – Boa noite a todos.

Eu sou moradora e ex-comerciante do Planalto porque estou com meu comércio lacrado desde janeiro, não tendo o direito de trabalhar em plena crise. Sou arrimo de família e estou passando privações porque alguns moradores do Planalto me denunciaram, e a Prefeitura lacrou meu estabelecimento.

Fui processada criminalmente por retornar ao trabalho. Acho isso um absurdo.

Eu tinha aberto o meu comércio para limpeza, mas o fiscal passando, viu a loja aberta, me multou e tive um processo criminal. Acho isso ridículo e espero que isso seja solucionado.

Estou de 25 a 30 anos no local. O prédio é comercial e foi construído em 94. Tanto eu quanto a proprietária do prédio dependemos desse comércio.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Desculpe-me, tem um vídeo.

- Apresentação de vídeo.

- Assume a presidência o Sr. José Police Neto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Chamo Antônio José Braz, da Sociedade Amigos do Planalto Paulista. (Pausa)

Você prefere passar primeiro e falar depois, é isso? (Pausa)

O SR. ANTÔNIO JOSÉ BRAZ – Não, eu vou passar e vou falando. Boa noite a todos. Acho que não precisamos continuar falando em ZER porque isso foi exaustivamente tratado. Estamos falando isso desde as primeiras audiências públicas com o Daniel, no início dessa discussão. Acho que a lição está aprendida por todos. Não é só em ZER que há área verde, há área verde na Cidade inteira, mas nós estamos falando da preservação da Zona Exclusivamente Residencial. Já falei algumas vezes e repito: Srs. Vereadores, Executivo, Legislativo, deixem esse legado para a Cidade; aumentem as ZERs, não as diminuam. (Palmas) Vamos às imagens.

- Orador passa a referir-se a imagens na tela de projeção.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ BRAZ – Sobre essa discussão nossa, de comércio, vamos registrar o seguinte: boa parte da Avenida Indianópolis é realmente uma zona onde hoje só pode ter prestação de serviços, e pleiteamos que isso permaneça, tornando-se uma ZCor 1 ou ZCor2. Há um trecho que é zona em que pode tudo do ponto de prestação de serviços e comércio. Nesse trecho, qualquer instalação é permitida. Nesse trecho, há vários imóveis. Da mesma que foram mostrados os imóveis para alugar e vender na ZER, aí existem vários imóveis para alugar e vender. Então, não é porque está dentro de ZER que não aluga imóvel para comércio, para prestação de serviços.

Esses imóveis todos da imagem estão na Avenida Indianópolis, onde é permitido o uso comercial e de serviços. Por que eles estão para alugar e vender? Expliquem-me. (Palmas)

É dito o seguinte: a prostituição vai sair quando houver comércio na ZER. No entanto, toda essa prostituição que é mostrada nas imagens, essa vergonha para a Cidade, está na frente de estabelecimentos comerciais irregulares. (Palmas)

Agora, permitam-me a oportunidade. Foi mostrado que nessa esquina onde há verde, com aquele imóvel, passou para aquele outro imóvel. Mas cadê o verde? Ali nasceu a

farmácia, que está lá. Então, está confirmado, gente: estraga mesmo. (Palmas) Falo mais: aquele imóvel que saiu de lá, que é a Creche Nana Neném, está instalado irregularmente dentro do bairro e será fechado, porque é irregular. (Palmas)

Srs. Vereadores, esse é o nosso miolo comercial, que atende perfeitamente aos moradores. Ninguém precisa andar quilômetros para ir à padaria, à farmácia, ao posto de gasolina. Esse documento foi entregue no evento Câmara no seu Bairro. Portanto, todos os 55 Srs. Vereadores têm conhecimento disso, porque foi entregue ao Presidente da Câmara Municipal, que esteve presente na sessão.

Nesse outro *slide*, fila dupla dentro da ZER. Portanto, vamos acabar com essa discussão, boba, besta. O problema é o seguinte: o que está deteriorado são poucas coisas, e a maioria delas – temos que dizer – é irregular. Não vamos anistiar. Chega!

- Manifestações de palmas e vaias no recinto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado, Braz. Próxima inscrita, Adriana Ribas Lyra Loes.

A SRA. ADRIANA RIBAS LYRA LOES – Boa noite a todos. Boa noite à Comissão. Eu gostaria de ressaltar, em primeiro lugar, a posição que a Chácara Santo Antônio ocupa agora na zona Sul de São Paulo, que fica entre a Avenida Santo Amaro e a Marginal do Rio Pinheiros e entre a Rua Verbo Divino e a Avenida Roque Petrone Jr. Nesse espaço ocupado por ela geograficamente, temos o privilégio de ainda possuir uma área verde muito grande. Como todo mundo tem falado aqui sobre a Chácara, ela ocupa uma área de várzea, a várzea do Rio Pinheiros. Atualmente, existe um coeficiente grande de moradores em residências, e temos também alguns prédios. Mas saliento que esses prédios todos, para existirem, perfuram o lençol freático e possuem bombas no subsolo para captar a água desse lençol 24 horas por

dia, água que é jogada na sarjeta. Então, se vocês passarem na Chácara Santo Antônio e observarem a Avenida Capitão Otávio Machado, a Fernandes Moreira, a Antônio das Chagas, essas ruas todas têm suas sarjetas fundas pela água que nelas corre, retirada do subsolo desses prédios. Há um grande número de espécies de pássaros, pequenos macacos, uma fauna e uma flora que queremos preservar. Então, não adianta adensar a Chácara Santo Antônio para a construção de novos prédios e se acabar com o clima que existe no bairro. Esse clima de chácara vai acabar porque estão tirando as árvores, não haverá mais a mesma fauna, e as pessoas estão iludidas de que isso vai se tornar um lugar agradável para se viver. A temperatura está subindo. Neste último mês foram retiradas 5 árvores no mesmo e plantadas mudas. Então, para onde vão esses pássaros? Não pode ser assim.

Isso é o que acontece em todos os terrenos onde vão construir prédios. Então, venho reforçar o pedido aos senhores. Por favor, atenção: que não haja adensamento maior na Chácara Santo Antonio, porque ela não vai suportar – nem o solo nem o subsolo. Obrigada.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado. Próxima inscrita, Ana Machado, do Condomínio Vila Cruzeiro.

A SRA. ANA MACHADO – Falo em nome dos moradores do Jardim Caravelas, próximo à Chácara Santo Antonio. Estamos sofrendo com o aumento de pontes, avenidas e carros. Para vocês isso é suficiente? Estamos vendo como as obras da extensão da Chucri Zaidan estão mudando a cara do nosso bairro. Foram projetados, para esse novo corredor viário, que corta o coração de nossa região, grandes avenidas, corredores de ônibus, estações de metrô, pontes, arranha-céus e, conseqüentemente, o aumento do fluxo de carros e pessoas. Mas onde ficarão as árvores, praças e parques? O novo zoneamento que está prestes a ser votado e aprovado na Câmara dos Vereadores não contempla áreas verdes para o descanso e

lazer dos moradores e frequentadores do nosso bairro. Estamos realizando um abaixo assinado e uma força tarefa para que duas áreas ainda disponíveis no nosso bairro, conforme exigência do projeto da extensão da Chucri Zaidan, possam se transformar em parques e praças. Seriam pequenos espaços de ar puro e tranquilidade para equilibrar um pouco todo esse impacto e concreto, poluição do ar e sonora que essas obras irão trazer para nossa já cinza região.

Contemplando um pouco o que a moradora falou anteriormente precisamos ter parques para que justamente esses pássaros possam ter um habitat. Estão tirando todas essas árvores da Chácara Santo Antônio e o nosso bairro não tem área verde, é um bairro extremamente cinza, pelo histórico era um bairro industrial e hoje temos um grupo de mais de 20 condomínios e é um grupo forte. Já conseguimos um aumento de segurança para o nosso bairro e agora, digníssimos Vereadores, nós queremos mais verde para o nosso bairro.

Além disso, nós queremos creches. Como o pessoal do Planalto Paulista a gente quer creches, a gente quer parques e que essa exploração imobiliária possa ter um equilíbrio com o verde.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Tem a palavra a Sra. Maria dos Anjos Pires, do grupo Fé e Luz do Conselho de Meio Ambiente do M'Boi Mirim.

A SRA. MARIA DOS ANJOS PIRES – Boa noite a todos. Estou representando a região do M'Boi Mirim. Faço parte do CADES Meio Ambiente de M'Boi Mirim e também de vários segmentos de Conselho de Educação, da Saúde, e também do Conselho Participativo. A minha fala vai ser bem rápida e agradeço pela oportunidade de falar porque moro longe.

A minha fala é muito preocupante porque peço que os Srs. Vereadores que tenham um olhar para aquela região que moro que fica no Jardim Vera Cruz, Horizonte Azul, toda aquela região que fica depois do Jardim Ângela, que é uma região esquecida, desprovida de

tudo. Moro perto de mananciais e nascentes, então, nós moradores temos uma preocupação muito grande com a região porque ela está sendo ocupada de uma forma desordenada, não está tendo uma fiscalização, estão sendo aterradas todas as nossas nascentes e quando nós trazemos esta preocupação, eu não estou preocupada comigo Maria dos Anjos e com os meus moradores dos mananciais do M'Boi Mirim. Nós estamos preocupados com toda a nação que mora em São Paulo.

A represa Guarapiranga é que abastece toda a Grande São Paulo não é só de M'Boi Mirim é de todos nós. Quando nós trazemos essa preocupação aqui acho que é um comprometimento de todos nós ajudarmos a preservar essas áreas, nascentes, o verde e os mananciais. Se não tivermos esse comprometimento junto com nossos governantes que tem a caneta e que possam votar as leis, vamos ficar sem água. Nossa represa está secando e nossa água está acabando. As nossas nascentes estão sendo aterradas a cada dia e não está tendo fiscalização. Essa é uma preocupação muito grande. Nós pedimos para aquela área no governo passado que numa parte dela fossem implantados os parques lineares e a gente e pede que tenha esse olhar para a implantação desse parque. Muitas famílias moram lá e só o bairro. Só o bairro que moro, que se chama Jardim Vera Cruz, tem 28 mil famílias.

Pedimos que aquelas pessoas que estão nas áreas de risco que seja feito um projeto de habitação para essas pessoas e cuidar daquelas áreas onde estão as nascentes, que sejam reflorestadas e implantados parque e que sejam acompanhados com a fiscalização do nosso poder público para não estar sendo aterrado a cada dia que passa porque está sendo vendido o metro de represa, não estão vendendo só as áreas de mananciais. Toda a margem da represa está sendo vendida e invadida. Os esgotos estão sendo jogados a céu aberto, dentro da represa, então, tudo está sendo poluído. Essa é a preocupação que trago aqui por isso pedi essa fala. Toda vez que vou em audiências e na Câmara Municipal e também na Assembleia porque isso é uma obrigação de todos nós. e também dos governos cuidar dos mananciais e meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Tem a palavra o Sr. Carlos Filho, da Sociedade Amigos do Planalto Paulista.

O SR. CARLOS FILHO – Boa noite, obrigado pela oportunidade de falar. A única coisa que vejo em tudo isso, essa desarmonia que o pessoal fala. A gente briga pelos direitos então cada coisa tem de estar no seu devido lugar. Se o comércio não pode dentro de uma ZER porque as pessoas querem colocar comércio irregular dentro de uma ZER? Eu sou ilegal como morador, me desculpem, todo o comércio implantado dentro de uma ZER e isso vocês podem constatar indo no bairro, não tem uma árvore, uma sequer. As pessoas, duas ou três, que dizem ser moradoras, eles tem o comércio deles lá. Eu mesmo já usei o chaveiro, eu mesmo usei o fotógrafo, está certo. Eles estão irregulares? Pode ser até que estejam. Eu acho até que é bom, mas nós já temos um comércio consolidado dentro do bairro, não precisamos de mais nada. Agora, o que a gente vê é o seguinte: é só destruição. Na última reunião, Vereadores, falaram que passarinho é bobagem no bairro. Isso eu ouvi, vocês ouviram também. Então, eu vou pegar uma espingarda e começar a matar os passarinhos. Agora, bacana também você ter, desculpa o termo, a prostituição na sua porta porque ela realmente mora lá na Afonso Mariano, mas não tem a prostituição urinando, defecando na sua porta. Eu trocaria de lugar, realmente trocaria, eu trocaria. É muito legal você ser chamado. Eu brigo pelos meus direitos, pela moradia. Desculpe, mas a senhora está me interrompendo.

O que eu brigo é isso. A gente tem de ter leis que sejam cumpridas. E cada coisa em seu lugar porque se não a Cidade vai continuar sendo essa zona que é. Não vamos desmatar, vamos sim preservar as ZERs, se for mudar a Indianópolis, a gente quer ZECOR 1. A Av. José Mário Itar (?) e Bandeirantes ZECOR 2. Nós não somos contra nada, nós somos contra a destruição que está ocorrendo em todas as ZERs. Gente, ninguém é contra o comércio, mas desde que seja no seu devido lugar. É só isso. As leis têm de ser cumpridas. Se existe lei porque tem de botar comércio numa rua que é ZER? Está errado, desculpe. A gente

tem sim de fazer cumprir as leis. Esse negócio de ser contra comércio é falácia, é bobagem. Dizer que morador tem de morar perto do trabalho, hoje pode estar perto do trabalho, amanhã ele pode mudar de emprego e vai para outro lugar e não tem nada de perto do trabalho. Então, é o seguinte: vamos parar com essa falácia de dizer que o bairro que tem comércio regular porque a maioria é irregular e se Deus quiser eles vão sair, porque não pode ser destruída a ZER.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado, Sr. Carlos. Tem a palavra a Sra. Regina Laura M. de Farias.

A SRA. REGINA LAURA M. DE FARIAS – Boa noite a todos. Sou moradora do Planalto Paulista desde 1961. Para os senhores terem ideia, naquela época não havia a Av. 23 de Maio, nem a Av. dos Bandeirantes, havia chácaras dentro do Planalto. Então, conheço muito bem o bairro e gostaria que fosse preservado como ZER, como sempre foi, cheio de verde.

Eu gostaria de falar também sobre o LALEC, que nós fomos moralmente agredidos dizendo que não gostaríamos de ter LALEC lá no nosso bairro, quando não é verdade porque temos muitos voluntários lá. Inclusive sou Psicopedagoga e trabalhei em abrigos, indicada até pela Vara da Infância e Juventude do Jabaquara. Então, não somos contra a LALEC, que é uma ONG e não tem fins lucrativos. Que isso fique muito claro.

Nosso bairro é um pulmão verde da Cidade, como o Jardim América, Jardins, Jardim Marajoara. E como diz o nosso colega, enquanto outros governos estão em Paris resolvendo os problemas climáticos, nós estamos aqui resolvendo tirar árvores dos nossos bairros, porque o comércio, quando chega, a primeira coisa que ele faz é tirar a árvore para abrir vagas na frente para o carro parar.

Outra coisa, o nosso bairro é infestado de prostitutas. Quando o comércio fecha, as prostitutas trabalham muito mais; e, com a prostituição, vem a droga, a bandidagem. O nosso bairro está cheio de casas que já foram roubadas por pessoas que frequentam ali, que são clientes das prostitutas e que veem que as casas são de alto poder aquisitivo. Inclusive as pessoas idosas que passam por ali são agredidas pelos travestis, pelas prostitutas, que cospem na cara de moradores, como já aconteceu.

Por isso, Srs. Vereadores, os senhores que votarão. Não adianta nós ficarmos nos digladiando, brigando uns com os outros, porque são os Vereadores que votarão a lei de zoneamento. Portanto, peço que pensem com carinho nessa zona verde, esse pulmão de que a Cidade necessita.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bem. Preciso fazer uma correção da apresentação feita pela LALEC. A primeira minuta do parecer excluiu a possibilidade de os abrigos estarem na ZER, então não foi a Sociedade Amigos do Planalto Paulista, e sim um movimento de Zonas Exclusivamente Residenciais que demandou do Relator tirar os abrigos da ZER, portanto, ele atendeu essa demanda, então o que foi apresentado aqui foi uma resposta à demanda. E foi feita uma observação por alguém que tem um serviço público dentro dessa área. Só isso.

Tem a palavra o Sr. Marco Aurélio Martinho.

O SR. MARCO AURÉLIO MARTINHO – Boa noite a todos. A essa altura do processo, acho que a minha melhor contribuição é falar sobre o processo participativo.

Se não me engano, estamos chegando a quase o mesmo número de audiências que tivemos para o PDE, mas para um assunto que é muito menos extenso. Então, por que esse modelo que foi desenhado, e está sendo bem executado até aqui, está sendo estendido

com as devolutivas até semana que vem?

Gostaria de parabenizar os Srs. Vereadores da Comissão que estão dando mais uma oportunidade, tiveram uma postura humilde ao publicar um pré-relatório para que a gente tomasse conhecimento e ainda continuam recebendo as demandas.

Particularmente, para o nosso bairro, não vai ter muita valia porque a nossa principal demanda, que é uma Zona Corredor, que foi indicada pela Subprefeitura, chegou até a Secretaria, foi analisada pelo corpo técnico e veio para a Câmara, inclusa no PL; nós insistimos e levamos todos os dados técnicos que achamos pertinentes para que os Vereadores tomassem um conhecimento mais refinado do caso, que está nesse pré-documento.

Mas para aqueles que não tiveram a oportunidade de participar desde o início do processo, ainda continua esse processo. Infelizmente, o que não conseguiremos com a extensão do processo será o entendimento de toda a população, plenamente, das ferramentas do Plano Diretor, e uma delas é a Zona Corredor. Então ainda existe muita diferença, não por má vontade, mas por falta de conhecimento sobre essa ferramenta que julgamos muito interessante e cabível para o nosso bairro.

Extremamente importante dizer que nós achamos pertinente e importante que esse processo não ultrapasse o limite aceitável, estipulado pela Câmara, para que ele não seja contaminado e percamos tudo o que conseguimos até agora, com todo esse trabalho, esse esforço.

Portanto, parabéns aos senhores, porque têm decidido diariamente sobre muitos casos, não pelo aspecto do meu interesse, do meu bairro, mas mesclando o interesse público com o privado, o interesse do bairro com o da Cidade, e fazendo sempre essa mescla não do utópico, mas do possível. Assim construiremos uma boa cidade.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente da Confederação de Sustentabilidade do Trabalho e Empreendedorismo dos Bairros e Vilas da Cidade de São Paulo.

De 2000 a 2015, foram expulsos da cidade de São Paulo 48,6% das empresas industriais, comerciais e de prestação de serviço. Nesse período, 18% das empresas comerciais e de prestação de serviços também foram expulsas do centro da cidade de São Paulo e não foram para os bairros.

Nas audiências públicas do PDE, além da tese que nós apresentamos das cotas de solidariedade, apresentamos a tese da isenção de imposto, durante 20 anos, para as empresas se instalarem nos bairros da zona Leste e das demais regiões da cidade de São Paulo, mas até agora não foi viabilizada.

Na cidade de São Paulo, hoje, a cada hora, 20 trabalhadores perdem seu emprego. O governo está expulsando o emprego da Cidade, dando lugar à construção de torres na cidade de São Paulo, e a construção civil já está em decadência também, inclusive o PIB da cidade de São Paulo está em queda livre. Isso significa que, em 2017, o Orçamento da Cidade de 55 bilhões será reduzido para 45 bilhões de reais. E para mantermos e resgatarmos o emprego da cidade de São Paulo é preciso manter as ZCors, as ZEISs, as Zonas de Centralidade e as demais zonas de geração de progresso.

Para encerrar, vou falar sobre os parques, Londres tem 420 parques que são voltados para moradia e prática de esportes e lazer. Apresentamos uma tese no Parque dos Búfalos para construção de um parque com 30% para moradia de interesse social, a recuperação da nascente e da orla da Represa Billings.

É o que tinha a dizer. Muito obrigado pela palavra. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – A próxima oradora é a Sra. Olívia Costa

e, em seguida, os Srs. Eduardo Ferraz; Edson Bortolai, da OAB e Paola Marques.

A SRA. OLÍVIA COSTA – Pessoal, boa noite a todos. Todos nos conhecemos, porque acompanhamos esse processo já há um bom tempo e as discussões estão caindo preferencialmente nessas questões de ZER e ZCor.

Hoje seria a reunião da macrorregião Sul 2 e estou vendo aqui praticamente uma região que é formada por bairros consolidados residenciais e para uma discussão de amigos, de pessoas que se conhecem, e que estão se tratando como inimigos. Não consigo entender uma atitude dessas.

Agradeço a representante da Sabrove pela fala referente ao meio ambiente, que todos defendem, inclusive eu; falando da questão de proteção às fontes do bairro, é verdade, mas eles criam uma série de obstáculos e empecilhos a essas mesmas fontes que servem de proteção a todo o Brooklin Velho. Em função das fontes estarem ali, o adensamento jamais será permitido. Por isso não consigo entender determinado tipo de incoerência.

Peço que pensemos para valer, porque não é possível pessoas que se conhecem cheguem ao ponto de se ameaçarem como temos presenciado. Lamento profundamente deixar essa discussão porque não nos entendemos para terceiros. Necessariamente o resultado não será aquele que os senhores tanto estão brigando.

Obrigada. Boa noite. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Pollice Neto) – Obrigado, Olívia. Com a palavra o Sr. Eduardo Ferraz, da Sajama.

O SR. EDUARDO FERRAZ – Boa noite a todos. Sou da Sajama, do Jardim Marajoara. Nasci no Brooklin Velho e quando casei fui morar no Jardim Marajoara, que é uma Zona 1, estritamente residencial, justamente por gostar de morar em casas arborizadas.

Com todo o respeito aos nobres Vereadores, aos Secretários, ao Subprefeito e aos demais da Mesa, os senhores estão tecendo uma lei controversa ao que foi aprovado no Plano Diretor. Deveriam ter iniciado pelos planos de bairro e deveria ter a heterogeneidade da Cidade.

Nós da Sajama temos, para terem ciência, 22 contratos de parceria com a Prefeitura para mantermos o verde público sem custo algum para o contribuinte.

O Subprefeito já teve o prazer de presenciar. Convidamos todos.

Os mapas que são parte integrante do Plano e desta Lei estão incompletos, sem o nome das ruas e com borrões nas zonas. Deveriam sim especificar os lotes e as praças, para todos poderem localizar as suas propriedades.

As ZCors somente funcionariam se os usos realmente possuíssem incomodidade zero e fossem limitados aos 40 metros atuais das ZCIs como hoje, deixando assim um colchão de amortecimento no restante do lote para o vizinho residencial, como estão delimitadas a grande probabilidade de lotes inteiros darem para os dois lados, e todo o setor de cargas e serviços se darem pelos fundos, junto às vias locais internas dos bairros e junto às residências. Um absurdo. Essa é uma questão muito preocupante.

Lembro que a urbanização de São Paulo é baseada na europeia, mas o deslocamento se baseia no conceito americano. Brasileiro usa carro, inclusive por questão de segurança. Não adianta sair de bicicleta e ser roubado na esquina.

O Poder Público aqui, infelizmente, não possui capacidade de atender satisfatoriamente a população quanto ao transporte, nem mesmo consegue evitar alagamentos. Colocam placas para você sair correndo se começar a chover e ainda querem adensar áreas alagadiças. Deveriam sim voltar a ter parques e áreas verdes não edificantes.

Daqui a pouco estarei vendo placas alertando: cuidado, área esburacada. Depois, placas: não more em São Paulo.

A Cidade, como o senhor expôs, é quase toda mista, por que invadir a ZER pondo

em risco a pouca vegetação que temos? Acha que macacos, corujas, saruês, periquitos, vão escalar e comer frutas nas paredes verdes? Vi que criaram zonas de eixos, zonas de corredores, sempre visando adensamento e comércio. Onde está a ampliação de parques e áreas verdes? Gostaria que dessem uma resposta à população que os elege e mantém a casa onde trabalham a respeito de quantas propostas foram aceitas, incorporadas e de que setor veio a demanda, com uma resposta técnica e com embasamento.

A Cidade deve ser desenhada pelos moradores, espero que deixem esse legado para seus netos.

O Jardim Marajoara é de baixa densidade, os serviços de comércio existentes já suprem esses moradores. Não queremos uma ZCor. Infelizmente existem pessoas que querem se aproveitar do trânsito de passagem e vocês estão fazendo um erro para justificar outro mais antigo.

Queremos sim que o Corredor Norte Sul saia do papel, dando continuidade à Avenida Sargento Lourival Alves de Souza. Queremos que nos ajudem a melhorar a borda do bairro, não começar a destruí-lo. Queremos parques, área verdes, não comércio.

Melhem a Cidade, não a piorem. Respeitem o meio ambiente.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Agradecer ao Eduardo.

Tem a palavra o Sr. Edson Kosac, OAB e Sajama.

O SR. EDSON KOSAC – Boa noite, nobres Vereadores, digna plateia. Eu também sou do Jardim Marajoara e tenho uma posição absolutamente antípoda à do expositor que me antecedeu.

Devo dizer que sou fundador da Sociedade Amigos de Bairros do Jardim Marajoara, há 35 anos. Naquela época nós íamos do bairro até a Cidade em 20 minutos, eu

tinha escritório na Cidade e vinha almoçar em casa.

Com o adensamento que houve naquela região e na região de Interlagos sem que se aumentasse o sistema viário, nós ficamos apenas com a Avenida Washington Luiz e a Vereador José Diniz para fazer o acesso à Cidade. Eventualmente a Avenida Santo Amaro, que sempre está tumultuada também.

Ocorre que hoje se demora uma hora e vinte minutos para se chegar ao Centro. Nós temos que nos adaptar às mudanças, o mundo é dinâmico, não é estático. Como a região cresceu demais, bom seria que tivéssemos naquela região núcleos de prestação de serviços e comércio, atividades não poluentes.

Se for possível montar o seu escritório ali, você não vai para a Cidade, é um veículo a menos se deslocando, conforme bem lembrou o colega que me antecedeu.

Tenho verificado, pelas discussões, que o trânsito torna um bairro incompatível para área exclusivamente residencial. Quando há trânsito interno não tem problema, é um trânsito insuficiente para causar danos, não aumenta ruído, poluição, nem nada. Mas isso acaba quando há trânsito externo, quando um bairro passa a ser cortado como via de acesso a outros lugares.

Zona Exclusivamente Residencial nós vamos ter hoje: Chácara Flora, Granja Viana, Granja Julieta, provavelmente, porque só tem trânsito interno. O Jardim Marajoara, com a Manoel dos Reis Araújo servindo de ligação entre a Washington Luiz e a Avenida Interlagos, há muito acabou de ser uma Zona Exclusivamente Residencial. Ela hoje, pelo barulho e pela poluição que infelizmente tem, deve admitir atividade não poluente, atividade de prestação de serviço. Caso contrário, vamos ficar com as casas abandonadas lá, pagando o IPTU, etc. sujeita a invasões.

Uma atividade de prestação de serviços não é incompatível com a preservação do verde e do meio ambiente. Áreas com a frente do imóvel pequena, curta, áreas de 5 a 7 metros, muito provavelmente acontece isso. Mas no Jardim Marajoara cujo tamanho mínimo de

frente é de 12 metros, isso jamais vai acontecer.

Eu gostaria que alterassem as condições de uso para ZCor ou para um uso que permitisse uma atividade não poluente.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Agradecer ao Edson.

Tem a palavra a Sra. Paola Marques, moradora. (Pausa) Não está.

Tem a palavra o Sr. Anderson José da Silva, do Movimento Parque dos Búfalos.

(Pausa) Não está.

Agora seria a Sra. Maria dos Anjos.

Tem a palavra o Sr. Oswaldir Barbosa.

O SR. OSWALDIR BARBOSA – Boa noite, senhores Vereadores, Vereador Police Neto, nosso amigo Laércio, Subprefeito de Santo Amaro, Vereador Paulo Frange que nos recebeu na Câmara para debater Parque dos Búfalos e Residencial Espanha.

Quero dizer que sou do Movimento de Moradia, Vila Missionária e Cidade Ademar, que a primeira coisa que nós defendemos é o Parque dos Búfalos, porque ele não existe ainda. Ele vai existir a partir do Projeto do Residencial Espanha, porque da área total que são quase 900 mil metros, dois terços estão reservados para o Parque, que vai ser construído junto com o projeto de moradia, não depois do projeto.

A área que existe lá hoje, alguns falam que é o Parque dos Búfalos, a questão de 3-4 semanas, infelizmente, foi encontrado o corpo de uma mulher lá dentro. A equipe da construtora tem fotos do ocorrido.

Outra questão, ele não é parque. E os búfalos que eram tidos como turístico, na verdade não era para turismo. O proprietário colocou os búfalos para não haver ocupação. Ocorreu que os búfalos deram tanto problema, porque eles atravessavam a represa, que o

proprietário teve de retirá-los. Então é parque sem búfalo.

Vai ser parque a partir do momento que tiver o Residencial Espanha, que é um projeto muito bem feito. Se nós, da Moradia, não tivéssemos tido acesso a esse projeto, não seríamos irresponsáveis de defender um projeto dessa importância. Ele garante as 12 nascentes, não são 19 como o Wesley colocou aqui, são 12 nascentes. Porque uma já está morta, foi assoreada por conta de manuseio inadequado.

Nós estivemos nesta semana lá na área e constatamos o cuidado que a empresa tem tido no manuseio da fauna e da flora.

Nós defendemos a manutenção da ZEIS, tanto do Parque dos Búfalos Residencial Espanha que nós defendemos e ainda vamos ainda fazer um passeio no Parque dos Búfalos, junto com os Vereadores da Câmara Municipal.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Gostaria de agradecer ao Oswaldir Barbosa e chamar o Sr. José Firmo Piazza Jr. Depois dele, o Sr. José Luis de Vasconcelos e a Sra. Denise Maria.

O SR. JOSÉ FIRMO PIAZZA JR. – Boa noite a todos.

Sou José Firmo Piazza Jr. Sou do Jardim Marajoara.

O quadro pintado aqui por uma pessoa do bairro – não sei se mora lá ainda – é completamente diverso da realidade. O Jardim Marajoara foi um bairro planejado, constituído e vem sendo mantido, por seus moradores por mais de 40 anos, da forma como foi idealizado.

O Marajoara tem todas as características, hoje, de um bairro ZER. É um bairro verde, absolutamente cuidado por seus moradores, como já foi dito anteriormente. Então, não dá para imaginar um quadro diferente desse.

A tentativa de se aproveitar dessa situação, para querer implantar uma ZER dentro

do bairro, não pode prosperar. Na Avenida Manoel dos Reis Araújo, que realmente tem um tráfego acima do que seria desejável, não tem, dentro do perímetro do bairro, um único imóvel que não seja residencial. Ela não tem nenhuma utilização que não seja residencial. Não há nenhuma situação irregular.

Então, aceitarmos essa ZCorr dentro do bairro multiplicaria, de forma exponencial, o incômodo que temos com algum tráfego durante algumas horas do dia. Portanto, nós, que somos moradores de ZER, também somos cidadãos paulistanos. Acho que temos de ser ouvidos. Temos de ter a nossa posição respeitada. Acho que não existe, de forma alguma, falta de espaço para os outros pleitos que se tem, que até são justificáveis na maioria dos casos, mas não dentro da ZER. Não há justificativa para o nosso bairro, que tem 500 casas.

Protocolamos na Câmara, e o senhor tem uma cópia em seu gabinete, um abaixo-assinado. O bairro tem 500 casas, com 800 assinaturas, que corroboram os nossos pleitos – também protocolados na Câmara.

Então, Dr. Paulo, peço um pouco de sensibilidade. V.Exa. conhece o nosso caso.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço ao Sr. José Firmo Piazza.

Tem a palavra o Sr. José Luis de Vasconcelos, de JLVP Arquitetura e Urbanismo.

O SR. JOSÉ LUIS DE VASCONCELOS – Boa noite. Sou o José Luis. Sou Arquiteto e Urbanista e tenho cuidado de áreas ambientais. Participei das leis específicas de Guarapiranga e Billings, e tenho visto que o tratamento que se vem dando à ZEPAM é igualitário, o que é para gente um grande problema por que para que haja igualdade temos de tratar os desiguais de maneira desigual.

O que vem acontecendo, principalmente na zona Sul, é que a ZEPAM está limitada pela população que vem em um avanço. Esse avanço vem de maneira muito violenta. Se não

houver uma área de interposição para que reduza naturalmente esse avanço, essa coisa complica. Isso foi previsto e visto nas leis específicas.

Então, gostaria que houvesse um pouco mais de compatibilidade – já conversei com os Vereadores Paulo e Ricardo Nunes, além de outros Vereadores – com a lei específica e que modifique para não deixar uma única ZEPAM dentro desse processo.

Lembro que na legislação anterior tínhamos um elemento importante que era a ZLT e que sumiu de repente. Ela não aparece mais na ZEPAM. A ZLT, Zona de Lazer e Turismo, não aparece mais na ZEPAM. A ZLT é geradora de emprego, estabiliza a população e amplia sobremaneira a maneira de você abrigar esse bloqueio, ou seja, criar um cinturão que onde desse lado tudo pode e do lado de lá nada é permitido.

É importante analisarmos isso porque onde nada é permitido tudo se faz permitir. É um grande problema que temos de pensar com seriedade. Essa é a minha contribuição neste momento.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço o arquiteto e urbanista Bonine e chamo a Sra. Denise Maria, Escola Padre Saboia de Medeiros.

A SRA. DENISE MARIA – Boa noite a todos.

Quero fazer um elogio. Fico muito feliz de ver audiências públicas acontecendo apesar de todas as adversidades, as discussões e fico feliz de saber que está é uma entre muitas audiências. Fico feliz principalmente porque, infelizmente, na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo estamos vivendo um momento de truculência, de intolerância, falta de diálogo do Estado. O Estado está trabalhando na canetada, tentando fechar 94 escolas de imediato e prevendo o fechamento de mais 550, isso a mídia não fala, e a Escola Padre Saboia está nessa lista.

O que tem a ver falar em fechamento de escola neste momento? Tem tudo a ver.

Primeiro, porque o Padre Saboia é uma escola antiga, com 70 anos, e possui um edifício que tem 50 anos, na Chácara Santo Antonio. A escola é um patrimônio histórico e social do bairro e está sob o risco de fechamento. A escola tem 800 alunos, atende uma variada população que anda pelo bairro e também moradora. É uma escola que também sofreu impacto de obra a sua frente com um edifício de mais de 10 andares, que impactou o piso da escola, que ficou rachado. Se ela for uma escola desativada, vai contribuir para a perda que o bairro já está sofrendo.

O bairro está sendo devastado. Eu moro lá há 20 anos e vejo a devastação. A minha rua já está cheia de edifícios. A parte da Marginal está se acabando e, agora, pretendem também reduzir aquela faixa de 400 metros da Santo Amaro e fazer um corredor comercial. O que a nossa escola vai virar? O que um patrimônio do bairro vai virar? O que vai virar a única escola pública de ensino médio da região? Não sei.

Estamos aqui na mesma luta. A luta é a mesma: a descaracterização de um bairro. E, aí, as pessoas vão para Paris e vão para a Europa e postam fotos maravilhosas da Europa e fecham escola.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Heitor Marzagão Tomazzini, Conselheiro de Política Urbana e da Associação de Moradores do Jardim da Saúde.

O SR. HEITOR MARZAGÃO TOMAZZINI – Cumprimento a todos.

Na última audiência pública em que estive, disse assim: “Olha, vamos observar a legalidade do Plano Diretor, porque ali temos as diretrizes, temos aquilo que deve ser cumprido como a meta, as diretrizes do próprio Plano”. O que aconteceu com relação às ZERs? Não deu para ver ainda, porque o tempo é curto, desde que o projeto foi apresentado - até mesmo,

tivemos alguns problemas com os mapas - mas já deu para termos algumas ideias.

O Plano Diretor mandou proteger a ZER: estão desprotegendo. O Plano Diretor mandou criar zonas de amortecimento: estão criando zonas de impacto na ZER. O Plano Diretor mandou manter restritos os usos dos corredores existentes: estão impactando os corredores existentes. O Plano Diretor dispõe que a ZER é uma Zona Exclusivamente Residencial, que o único uso possível de se ter, fora de residência, seria casa de repouso. Agora, estão pretendendo colocar outros usos. Quer dizer, estão desobedecendo tudo. O Plano Diretor tem um monte de diretrizes explícitas, mas que estão sendo desobedecidas. Então, tudo é contraditório.

Ao colocarmos tudo isso no mapa, temos dificuldades. O mapa melhorou no dia 28. Inclusive, acho que foram feitas audiências públicas com o mapa anterior. Mas essa é uma outra questão que tem de ser conversada.

Outra ilegalidade: a proposta de aumentar o coeficiente das zonas de centralidade. Contraria a carta que o próprio Sr. Prefeito fez, que dispõe: “Tiramos os estoques de potencial adicional, porque agora é somente nos eixos”. Então, agora, ao aumentar os estoques também, ao aumentar o potencial nas zonas de centralidade, aproximamos a Zona de Centralidade de ZEU, o que é ilegal, porque contraria o próprio encaminhamento de princípios do Plano Diretor.

Outra ilegalidade: artigo que disciplina que os imóveis que estão em estudo de tombamento, poderão sair do estudo de tombamento depois de dois anos. Isso é uma aberração, porque seria uma dupla incompetência. Incompetência primeiro do Município, que não tem gente suficiente para fazer os estudos daquilo que mereça ser preservado. E depois, com a justificativa de não ter, o que acontece? Despreza-se um bem passível de ser importante para a memória, para a coletividade, e a Câmara Municipal fala: “Não, não. Isso não precisa mais, porque passou o período de dois anos”. Isso é jogar a memória da coletividade fora. Isso é um dano ao patrimônio cultural de algo que deveria ser estudado.

Por fim, 10 conselheiros e 37 entidades pediram uma reunião com o senhor a fim de fazerem uma discussão. Não fomos atendidos. Então, ainda quero que o senhor, por favor, receba as 40 entidades ZER, mais os 10 conselheiros que pediram a reunião, porque isso faz parte do processo democrático. Infelizmente, vi que várias pessoas falaram que foram recebidas, mas essas entidades não foram.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Cristhian, do Movimento ZER Legal e Associação Pró Campo Belo.

O SR. CRISTHIAN – Boa noite a todos. Também sou membro do CMPU.

Hoje, nem estou com a camiseta do Campo Belo. Seria redundante falar o que todos já sabem.

Acho que esse é um sentimento que a gente tem quando vê muitas pessoas irem ao microfone e temos a sensação de antecipar o que a pessoa vai falar, antecipar o pleito porque já ouvimos antes. Isso mostra muito o estágio que estamos do processo.

Vou confessar que me causou preocupação na semana passada quando começamos a ver as tentativas de usar o Regimento, tentar acionar Ministério Público, tentar falar contra um plano que a gente tem acompanhado desde o começo e foi absolutamente participativo. Entendemos que ser participativo não significa, obviamente, que todo mundo vai ser contemplado. Não deixa também de ser normal a tentativa de judicialização no fim. É mais ou menos como uma partida de futebol quando seu time está perdendo e você tenta conseguir mais três minutos, quatro ou cinco.

O argumento de que você tem de ter mais instâncias participativas não pode ser um pretexto para inviabilizar a aprovação do plano. A gente já vem de uma revisão que não pode

ser concluída, já estamos há 11 anos com uma Lei de Zoneamento totalmente esgotada.

Entendemos que precisamos ir para frente e para isso temos de aprovar este ano. Adiar para o ano que vem não vai contribuir em nada para a qualidade do processo, só vamos desconsolidar toda essa participação democrática. A introdução de elementos eleitorais e partidários não beneficia a discussão e nem o pleito de ninguém aqui.

Então, fica o pedido para que ouçam, conversem e entendam todos os pleitos feitos. Se alguém não foi atendido, que atendam, mas, acima de tudo, cumpram o cronograma porque a Cidade precisa.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Omar, último inscrito da sociedade.

O SR. OMAR – Boa noite, senhores. Parabéns pelo nosso encontro democrático. Muitas pessoas contra, outras a favor. Eu sou a favor da natureza, da tranquilidade, do bem-estar. Sabemos que existem bairros como Vila Mariana, Vila Nova Conceição, Vila Olímpia, Vila Madalena, bairros que eram residenciais e hoje estão à beira de um colapso. São bairros que o comércio entrou com tudo e as construtoras foram em seguida.

Nós, da SAPP, do Planalto Paulista, somos contra a decisão do comércio dentro do bairro. Por quê? Já temos um grande problema de deslocamento. Se você sai de carro, de metro ou de ônibus, é um caos a 23 de Maio, metro Saúde, metro São Judas, Avenida Indianópolis. É horrível.

Então, se a gente aglomerar mais pessoas... por que o caminho é esse: primeiro vamos abrir para o comércio, depois virão os prédios e aí o que era para ser preservado, mais uma vez, será deixado de lado e vai virar qualquer coisa.

Nós estamos morando em uma Cidade onde o rio principal é um esgoto. O Rio

Pinheiros e o Rio Tietê são um esgoto, um lixo. Quem é que está preocupado com isso? Eu gostaria de saber o que a Prefeitura e o Governo do Estado de São Paulo têm feito para ajudar o rio a voltar a ser um rio onde as pessoas que têm direito ao meio ambiente possam frequentar e passear. Enfim, deixa, virou esgoto, que se dane.

Tem uma vizinha minha aqui que fala que a rua dela virou um corredor. Que pena que ela não está aqui para eu falar na frente dela, isso. Porque parece que para mim, quanto pior, melhor para ela. Quer dizer ela não luta para a rua dela ser uma rua melhor, ela não luta para a rua dela se tornar uma zona estritamente residencial, então ela quer que o bairro inteiro seja uma porcaria, como a rua dela é. Que ela está comparando. Outra empresa que esta em nosso bairro, que e Serasa, um exemplo grande, moro duas quadras do Serasa, e lá é lotado de carro. Quantas senhoras e senhores que passeiam pelo bairro, que quase foram atropelados por pessoas que passam pelo bairro com se estivessem em Interlagos, no Autódromo. Queremos preservar o Meio Ambiente, o comércio realmente, corta árvore, destrói tudo. Temos um imóvel na José Maria Whitaker, tinha cinco arvores na frente, cortaram tudo. Então não venha me dizer que a associação comercial é favor da natureza. Vocês me desculpem. Queremos o Planalto Paulista verde, preservado. Queremos viver com tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Com a palavra o Sr. Daniel da Ceuso.

O SR. DANIEL – Boa noite a todos. Nessa etapa, não estamos mais fazendo apresentação como fizemos sobre o PL 272/15, agora temos o relatório de um substitutivo, estamos acompanhando as audiências para saber, justamente as questões que vem. Nosso papel aqui, é mais de ouvir. Só pedi a palavra para fazer um esclarecimento, Vocês sabem qual a posição do Executivo, sua posição é que está no PL 272/15, que está no substitutivo pode se dizer, que também é um entendimento do Executivo, sobre um avanço, em relação a

questões que foram, algumas novas, outras que perduraram na etapa anterior e que conseguimos melhorar isso no substitutivo.

Tem uma questão que surgiu aqui, não me lembro de eu trazer trazido a preocupação que nos coube a esse assunto sobre a questão dos edifícios na Chácara Santo Antonio, em função da questão de lençol freático elevado, em função de preocupação de natureza geotécnica. Antes de iniciar o processo participativo, antes de vocês trazerem os pleitos desde agosto, para cá que foi quando começou o processo participativo da revisão de zoneamento, internamente a Prefeitura do Município de São Paulo, já tínhamos essa preocupação e fizemos conversas com a Secretaria do Verde, fizemos conversas com a comissão de Uso do Solo, Ceuso, e hoje temos, de certa maneira, alguma restrição que existe em resoluções da Ceuso sobre o subsolo, em algumas áreas da Cidade de São Paulo e existe um entendimento, existe inclusive debate de natureza edilícia de soluções tecnológicas que dão conta desse problema, seja de bombeamento, aparelho diafragma, etc., e hoje podemos dizer, que talvez não exista uma correlação científica exata, entre você restringir o gabarito, ou até mesmo colocar condicionantes de natureza em função das questões geotécnicas de lençol freático elevado e até mesmo nós não temos o mapeamento dessas áreas para poder tornar com precisão. Estávamos dialogando aqui, quanto às várias falhas que ocorreram, a maneira de visitar essa questão, para tentar equacionar de alguma maneira isso, ou aqui, na Lei de Zoneamento, ou no código de obras ou pelo menos trazer alguma situação em que consigamos estabelecer uma porta, uma janela, para estabelecer compensações a depender do caso. Só queria dizer para vocês que esse assunto, ele entrou no Executivo. Tem bastante gente qualificada lá dentro, mostrou que realmente não existe uma acuidade em apontarmos a restrição de algum parâmetro em função do subsolo aflorado, do lençol freático elevado. O que existe seria alguma restrição do subsolo, mas não exatamente do gabarito. Só quis colocar essa questão. Muitas vezes a gente não consegue aqui ficar esclarecendo uma série de coisas que são trazidas. Eu só quis compartilhar com os senhores que esse assunto é de reberbere

dentro do Executivo, e mesmo assim a gente vai insistir em revisitar isso e ver se conseguimos trazer alguma solução para o substitutivo e para o Código de Obras.

Agradeço a presença de todos, e dizer que a gente continua aqui buscando a melhor forma de aprimorar aquilo que entendemos que avançou bastante, mas que ainda tem questões a ser aprimoradas. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Com a palavra o nobre Vereador Paulo Frange, relator da Comissão.

O SR. PAULO FRANGE – Apenas uma fala rápida e agradecer mais uma vez. Tudo aquilo que foi dito, estamos levando como missão. Como lição de casa, para que possamos dar continuidade a esse trabalho. Pretendemos apresentar esse relatório até o final dessa semana, e com relação a discussão dos mapas, esse mapa que vamos publicar com a Comissão de Política Urbana, aprovando o relatório definitivo na Comissão, eles já vão subir em KMZ . O mapa está em PDF, não passou para KMZ, o que dificulta. É mais difícil você localizar a imagem, principalmente quem não está acostumado a acompanhar o mapa. Virá com KMZ, naturalmente para que possa ter o máximo de transparência possível. Essa discussão da região da Chácara Santo Antonio, é uma discussão que não interrompemos. É um assunto que estamos acompanhando, não tem solução tão rápida, não adianta ficar criando mecanismos e travas depois não poder acompanhar e fiscalizar. Estamos buscando a simplificação de todo o processo, mas com muita responsabilidade, por isso é bom lembrar aqui, que na próxima sexta feira, depois de amanhã, daqui a dois dias, temos as 10;30hs audiência publica na Câmara Municipal de São Paulo do Código de Obras, pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, com todos os engenheiros e arquitetos, principalmente aqueles que gostam desse assunto. Muito interessante participar e deixar a Lei de Zoneamento aprovada e a gente, depois de o Plano Diretor aprovado e o Código de Obras

de 1992, é como ir a uma festa depois passar pela cabeleireira, comprar um vestido novo, e chegar á festa de sandália havaianas antiga. Não podemos deixar esse processo parar. Temos de dar continuidade a tudo isso, para que tenhamos, por exemplo, instrumentos para que possamos trabalhar esse futuro. A discussão, de Zer, ZCor, não vamos deixar de fazer as consultas, algumas agora pela premência do tempo, vamos ligar para algumas pessoas que ainda não foram atendidas. Alguns não conseguimos atender, até em função do nosso horário que está bastante apertado a Casa, mas podem contar que iremos dar continuidade até aprovação e tentar acolher o máximo possível das propostas nessa primeira votação, que é o projeto que vai para o plenário. Depois temos a segunda ainda, para fazer modificação.

Agradeço mais uma vez. Obrigada Daniel pela ajuda, ao Subprefeito Laércio que está aqui conosco, e ao nobre Vereador José Police Neto, Presidente da Comissão de Finanças, e tem acompanhado essa comissão permanentemente, além de cuidar do orçamento.

Muito obrigado a todos! Boa noite!

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Lembro a todos que no sábado de manhã, realizamos a audiência publica na zona Norte, na tarde do sábado realizamos audiência publica na região Leste. Amanhã encerramos as audiências publicas regionais. A Câmara Municipal de São Paulo tem um calendário montado para esses debates que sucederão o debate com a sociedade, que é o debate da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, que irá oferecer para Casa, a sua avaliação do projeto e suas alterações. A expectativa anunciada para mim, pelo Presidente da Comissão, nobre Vereador Gilson Barreto, que estava aqui com a gente até agora á pouco, mas como ele tem de viajar até São Mateus, resolveu sair um pouco antes, para chegar e São Mateus e conseguir estar na Câmara amanhã cedo. Então S.Exa, nos garantiu que até sexta-feira, deve já estar sendo finalizado o relatório que vem sendo trabalhado pelo relator, no dia de hoje foram 55

manifestações, mas 13 temas abordados, Vemos que é muito recorrente temas idênticos serem abordados dos dois lados, aquele que quer um pouco mais de liberdade na legislação, e daquele que é um pouco mais de restrição, a Câmara Municipal de São Paulo terá de tomar uma decisão, - vamos deixar claro – estamos chegando no último dos momentos. O parecer do relator vai produzir um efeito porque ele conduz parte do debate, os parlamentares terão de fazer sua reflexão em cima daquilo que o relator sugerir, isso deve acontecer a partir de sexta feira. O convite fica estendido ao acompanhamento e a observação de vocês, não só na só na audiência que vocês aqui participaram, mas também a partir de sexta feira, os documentos serão disponibilizados na rede de computadores. É absolutamente importante que cada um de vocês que mantém relação com este ou com aquele vereador mantenham esse contato muito afinado para conduzi-lo nas votações, esse é o tipo de votação que demanda quorum qualificado. No mínimo 37 parlamentares terão de dar seu voto favorável a esse parecer, favorável a essa demanda, lembrando ainda que os parlamentares tem a oportunidade de se manifestar individualmente, sempre tendo o apoio de outros 18 parlamentares para apresentar as emendas do plenário. Estamos terminando uma fase, que digo, ser mais importante sim, se conseguirmos dar condições ao relator de receber da sociedade todas as manifestações e a síntese dessa manifestação orientar o voto, não precisaremos de uma correria dos parlamentares de vocês, para elaborar emendas alterando, novamente aquilo que o relator aqui consolidou. É absolutamente importante o esforço neste momento de todos nós. esse dialogo solicitado pelo Tomazine, e por outros aqui com o relator, quero dizer que tenho visto o esforço pelas filas e pelo calendário que tem o gabinete dele, e portanto, aqui reconhecer o esforço que está sendo feito. É absolutamente importante termos no final dessa semana, para reflexão no final de semana, mais documentos à disposição. Esse é um esforço que a Câmara Municipal de São Paulo, tem feito. Não é só do relator, a Câmara Municipal de São Paulo tem feito isso.

Encerro, pedindo aos senhores, se tiverem oportunidade de acompanhar o

processo de votação, portanto as datas que serão marcadas para votação, é também bastante importante a presença dos senhores na Câmara Municipal de São Paulo, a presença dos senhores junto aos Srs. Vereadores que os senhores mantêm proximidade, porque a orientação da população para o voto do seu representante é fundamental para que de fato o desejo dos senhores se materialize, não só no texto do relator, mas no voto de cada um dos Vereadores que vocês levaram para a Câmara Municipal de São Paulo.

E é assim que termino os trabalhos no dia de hoje, agradecendo a todos, dizendo que tem muito a ser tratado ainda. Agradeço a presença e fala de todos os senhores.

Estão encerrados os trabalhos.
